



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CAMPUS PROFESSOR ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

BIANCA APARECIDA DE SOUZA DIAS

**DE NORMALISTAS A UNIVERSITÁRIAS: a entrada de mulheres parnaibanas no
ensino superior durante as décadas de 1970 e 1980**

**PARNAÍBA-PI
2024**

D541d Dias, Bianca Aparecida de Souza.

De normalistas a universitárias : a entrada de
mulheres parnaibanas no ensino superior durante as décadas de
1970 e 1980 / Bianca Aparecida de Souza Dias. – 2024.
66 f. : il.

Monografia (graduação) – Universidade Estadual do
Piauí – UESPI, Licenciatura Plena em História, *Campus* Prof.
Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba-PI, 2024.
“Orientador: Prof. Dr. Idelmar Gomes Cavalcante Júnior.”

1. Mulheres. 2. Educação. 3. Ensino superior. 4. Escola Normal.
5. Parnaíba (PI). I. Título.

CDD: 370.82

Ficha elaborada pelo Serviço de Catalogação da Biblioteca Central da UESPI Francisca
Carine Farias Costa (Bibliotecária) CRB-3ª/1637

BIANCA APARECIDA DE SOUZA DIAS

DE NORMALISTAS A UNIVERSITÁRIAS: a entrada de mulheres parnaibanas no ensino superior durante as décadas de 1970 e 1980

Monografia apresentada à Universidade Estadual do Piauí, campus Professor Alexandre Alves de Oliveira, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura Plena em História.

Orientador: Prof. Dr. Idelmar Gomes Cavalcante Júnior.

**PARNAÍBA-PI
(2024)**



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E
EXTENSÃO



CAMPUS PROFESSOR ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA
COORDENAÇÃO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

ATA DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos dez dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, às 15:00, na sala A 220 do campus Professor Alexandre Alves de Oliveira, na presença da banca examinadora presidida pelo professor **Idelmar Gomes Cavalcante Júnior** e composta pelas seguintes professoras membros: **Samara de Oliveira Silva** e **Mary Angélica Costa Tourinho**, a aluna **Bianca Aparecida de Souza Dias** apresentou, como elemento curricular indispensável à colação de grau, o Trabalho de Conclusão de Curso da Graduação em Licenciatura Plena em História intitulada: **De normalistas à universitárias: a entrada de mulheres parnaibanas no ensino superior durante as décadas de 1970 e 1980**. A banca examinadora reunida em sessão reservada deliberou e decidiu pela **APROVAÇÃO** da candidata e eu, professor Idelmar Gomes Cavalcante Júnior, na qualidade de presidente da banca lavrei a presente ata que será assinada por mim, pelos demais membros e pela aluna apresentadora do trabalho.

Obs.: **Nota 10,0**

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br IDELMAR GOMES CAVALCANTE JÚNIOR
Data: 20/06/2024 11:13:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr. **Idelmar Gomes Cavalcante Júnior** (Orientador)
Universidade Estadual do Piauí

Documento assinado digitalmente
gov.br MARY ANGELICA COSTA TOURINHO
Data: 19/06/2024 00:20:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. **Mary Angélica Costa Tourinho** (Examinadora Interna)
Universidade Estadual do Piauí

Documento assinado digitalmente
gov.br SAMARA DE OLIVEIRA SILVA
Data: 20/06/2024 11:01:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. **Samara de Oliveira Silva** (Examinadora Interna)
Universidade Estadual do Piauí

Bianca Aparecida de Souza Dias

Bianca Aparecida de Souza Dias (Graduanda)

A minha família que permitiu que a
universidade se tornasse possível para mim.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a Sandra Moreira, Lúcia Maria, Maria Maria e Rossana Silva por terem reservado um pouco de seu tempo e espaço para me receberem. Ao final de cada entrevista elas falavam “espero ter ajudado”. Vocês não apenas ajudaram; vocês tornaram este trabalho possível. Serei eternamente grata pelas conversas, lanchinhos e risadas que me proporcionaram.

Gostaria de agradecer imensamente ao meu orientador, professor Idelmar Gomes Cavalcante Júnior, por toda a ajuda, paciência e tempo dedicados a este projeto. Além disso, agradecer também pelo trabalho fora das orientações, suas aulas sobre história do Piauí me inspiraram muito a pesquisar sobre o meu estado e tentar contribuir de alguma forma para a historiografia piauiense.

Quero agradecer também a Sandra Martins e Antonio Martins por todo apoio durante a pesquisa. As conversas com vocês contribuíram e muito para o meu trabalho. Ah, sem o Antonio me levando para os quatro cantos da cidade para que eu pudesse fazer as entrevistas, provavelmente a minha vida teria sido muito difícil. Obrigada, meu bem, amo você.

Quero agradecer também a todas as professoras e professores do curso de História que contribuíram muito para a minha formação e, além disso, por me incentivaram a continuar lutando pela educação, por mais que as vezes o processo seja desafiador.

Por fim, gostaria de agradecer a minha família por ter sempre me incentivado a continuar estudando e ser aquilo que sou hoje. Vocês fizeram da universidade um lugar possível para mim. Por último, mas não menos importante, agradeço a mim por não ter desistido e por ter encarado esse desafio com muita motivação.

O gravador registra as palavras, conserva a entonação... As pausas. O choro e o embaraço. Entendo que quando uma pessoa está falando acontece algo maior do que o que fica no papel depois. Lamento o tempo todo por não poder “gravar” os olhos, as mãos. A vida delas na época da conversa, a vida pessoal. Separada. Seus “textos”.

Svetlana Aleksiévitch

RESUMO

Esta monografia teve como temática o processo que permitiu que mulheres parnaibanas se deslocassem da Escola Normal para a universidade entre as décadas de 1970 e 1980. O objetivo geral do trabalho foi investigar os aspectos que possibilitaram esse deslocamento ocorrido no período estudado. Para alcançá-lo, foi necessário traçar a trajetória escolar dessas mulheres – desde o ensino primário ao secundário –, assim como identificar os fatores que contribuíram para a escolha por uma formação profissional técnica ou superior e, por fim, explicar o lugar ocupado por essas mulheres no ensino superior. A pesquisa é natureza qualitativa do tipo bibliográfica e documental e teve como metodologia base a História Oral temática, através da realização de entrevistas que tornaram possível o conhecimento das memórias de mulheres que estiveram na Escola Normal e no ensino superior no período estudado. Como aporte teórico utilizado temos: Cardoso (2002), Mendes (2007 e 2012), Passos (2003) e Rocha (2011), dentre outros. Ademais, outras fontes utilizadas foram jornais e censos realizados nos anos de 1970 e 1980 no Piauí. Através da pesquisa evidencia-se um avanço da presença feminina no ensino superior nas décadas estudadas, principalmente a partir de 1980, assim como percebe-se a importância da mudança em relação a educação destinada às mulheres no estado.

Palavras-chave: Mulheres. Educação. Ensino Superior. Escola Normal. Piauí.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CCHL – Centro de Ciências e Letras

CMRV – Campus Ministro Reis Velloso

COPEVE – Comissão Permanente de Vestibular

FAPÍ – Faculdade de Administração do Piauí

FEP – Fundação Educacional de Parnaíba

FUFPI – Faculdade de Administração da Universidade Federal do Piauí

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

UECE – Universidade Estadual do Ceará

UFPI – Universidade Federal do Piauí

UNE – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	01
2 A UNIVERSIDADE E A ESCOLA NORMAL EM TERESINA E PARNAÍBA	06
2.1 A preocupação com a formação profissional e o regime militar	08
2.2 A educação no Piauí e a criação da Escola Normal	10
2.3 O início do ensino superior no Piauí	16
3 O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO FEMININA NO PIAUÍ	22
3.1 Ensino primário e secundário em Parnaíba	25
3.2 Escola Normal: o magistério como uma profissão possível	30
4 A ENTRADA DA MULHER PARNAIBANA NO ENSINO SUPERIOR	33
4.1 E tudo começa pelo vestibular	36
4.2 A entrada no ambiente acadêmico e as condições de permanência	43
4.3 Mas onde estavam as mulheres na universidade?	47
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	56

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve como temática o processo de transição que permitiu a saída de mulheres da Escola Normal para o ensino superior durante as décadas de 1970 e 1980 – que marcam a consolidação do terceiro grau no estado do Piauí – e os fatores que possibilitaram essa mudança de escolha.

O interesse pela temática parte de vários lugares, mas principalmente do interesse no estudo de gênero, que transpassa toda a minha formação. Os trabalhos livres abrem as portas das possibilidades para que escrevamos sobre aquilo que mais nos faz brilhar os olhos e, inevitavelmente, eu sempre acabava escrevendo sobre mulheres. O motivo da identificação com o sujeito – as mulheres – da pesquisa é claro, mas de alguma forma não foi a primeira coisa que pensei para o meu trabalho de conclusão. Outros temas me vieram a mente, mas depois de algumas orientações e reflexões, me voltei novamente para o estudo sobre a história das mulheres.

Dessa forma, o interesse pelo estudo da história das mulheres acabou guiando meu olhar e meus ouvidos para algumas conversas. Em uma delas, me contaram sobre a Escola Normal e como funcionava o mundo das normalistas. Passava em frente ao antigo prédio da escola diariamente e não imaginava quantas histórias ele guardaria, até que um dia tive a curiosidade de descobrir. A Escola Normal, especificamente aquela que funcionava na cidade de Parnaíba, formou por várias décadas professoras para o ensino primário. Essas professoras eram admiradas e respeitadas, a escola era bastante requisitada pelas moças da cidade até que, por volta da década de 1970, algumas coisas mudam e outras possibilidades para a formação das moças parnaibanas surgem.

Em parte, a mudança tem como pontapé inicial a criação da Universidade Federal do Piauí em Teresina e a criação do campus Ministro Reis Velloso em Parnaíba. Antes disso, ingressar no ensino superior era um privilégio para aqueles que conseguiam apoio familiar e financeiro para ingressar nas universidades e faculdades que funcionavam fora do estado, ou mesmo na faculdade de Direito em Teresina. Assim, percebe-se que o ensino superior não estava no alcance de todos e servia para a formação da camada mais abastada da sociedade. Além disso, os poucos que conseguiam seguir os estudos para alcançar essa formação eram os homens. No entanto, não é só a criação da universidade que explica a mudança.

A educação feminina também ganha novos rumos. Antes relegada, no final do século XIX e XX a mulher passa a receber algum tipo de educação, que no início era voltada para

saberes domésticos e a direcionava, preferencialmente, ao matrimônio (Rocha, 2011, p. 50). Depois, foi atribuída importância à educação feminina porque era a mulher que deveria oferecer os primeiros ensinamentos aos seus filhos, então o necessário para isso elas deveriam saber. Além disso, as mulheres poderiam também ensinar os pequenos cidadãos em formação nas escolas primárias, e o magistério primário aos poucos se torna cada vez mais uma profissão feminina. Concomitantemente era inaceitável uma mulher educar os filhos e os futuros cidadãos na escola ao mesmo tempo, então é recomendado que ela foque em um dos dois e, dessa forma, a escolha mais óbvia deveria ser a primeira. De qualquer forma, a formação para o magistério primário continua por muito tempo sendo a mais indicada às moças e a Escola Normal segue recebendo e as formando por décadas. No entanto, como vem mostrar Fúlvia Rosemberg (2012), a década de 1970 marca uma mudança:

Autorizada em 1827 pela Lei Geral do Ensino de 5 de outubro, mas restrita apenas às escolas femininas de primeiras letras, a educação das mulheres só conseguiu romper as últimas barreiras legais em 1971 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que atribuiu equivalência entre os cursos secundários. A partir de então, o curso normal secundário, ramo intensamente frequentado pelas mulheres desde o final do século XIX, não mais foi discriminado por ser “apenas” um curso profissionalizante, mas passou a possibilitar, também, o acesso ao ensino superior. A partir de então, as inúmeras normalistas poderiam ingressar na academia. E foi o que fizeram (p. 384).

A partir da década de 1970, então, a possibilidade de ingresso no ensino superior para as mulheres se torna mais viável. A maioria delas se formavam nas escolas normais do estado, algumas outras nos cursos científicos e clássicos do ensino secundário, fosse ele público ou particular e, assim, estavam aptas a ingressarem na universidade. O fato é que a educação de mulheres finalmente alcança as mudanças que demoraram séculos para acontecerem.

Portanto, o objetivo da pesquisa foi responder algumas questões sobre essa transição que ocorre a partir da década de 1970 e que ganha ainda mais impulso a partir da década de 1980. Primeiramente se pretende responder o porquê da escolha pela Escola Normal e, ao mesmo tempo, o porquê da não-escolha por ela. Em segundo lugar, o que incentivava a procura pelo ensino superior? Qual era a importância dele para essas mulheres? Quais eram as dificuldades para que ele fosse alcançado? Quais eram as condições de permanência neste espaço? E, por fim, onde estavam as mulheres que conseguiam ingressar no ensino superior?

Para alcançar a resposta para estas perguntas, foi fundamental o uso da história oral temática. Como procedimento foi feito o uso de entrevistas e de um questionário elaborado e direcionado para que se alcançasse as respostas para as indagações acima destacadas. Nesse sentido, foi utilizado um gravador para registrar as respostas e posteriormente poder transpô-

las ao escrito. Sobre o uso do meio eletrônico para o registro das entrevistas, Meihy e Holanda (2015, p. 23) destacam que:

Mesmo não sendo possível dissociar a eletrônica dos contatos diretos para a produção da história oral, sabe-se que nada substitui a percepção do entrevistado no ambiente de gravação. Portanto, uma entrevista não é apenas uma coleção de frases reunidas em uma sessão dialógica. A *performance*, ou seja, o desempenho é essencial para se entender o sentido do encontro gravado. Olhar nos olhos, perceber as vacilações ou o teor emotivo das palavras, notar o conjunto de fatores reunidos na situação da entrevista é algo mais do que a capacidade de registro pelas máquinas, que se limitam a guardar vozes, sons gerais, e imagens. A percepção das emoções é bem mais complexa do que aparenta, e sua captação se dá apenas pela presença física das pessoas. A mediação das máquinas ajuda muito, principalmente depois.

Nesse sentido, o contato humano e a percepção do outro é um aspecto essencial para o uso de entrevistas. O olhar atento não se volta só para aquilo que se fala, mas também aquilo que não é dito, ao movimento, ao olhar e às emoções demonstradas. Além disso, é importante que não se enxergue a história oral apenas como uma forma de “tapar buracos” ou uma mera técnica, é preciso enxergar o valor e a grandiosidade daquilo que é dito e explorado através da memória daqueles que são entrevistados.

Portanto, o contato com as colaboradoras e as conversas foram essenciais para a elaboração da pesquisa. As colaboradoras que se formaram na Escola Normal Francisco Correia foram Sandra Maria Mendes Moreira¹ e Lúcia Maria Silva Sousa.² Suas memórias me permitiram compreender a motivação presente na escolha pela formação normalista no período estudado. Colaboraram também Maria José de Sousa Maria³ e Rossana Carvalho Silva⁴ para a compreensão da mudança que estimula a transição ocorrida no período estudado e, principalmente, com suas as memórias acerca do ensino superior e seus olhares sobre o que foi vivenciado em suas formações.

As entrevistas foram realizadas entre os meses de fevereiro e março do ano de 2024 e aconteceram na residência das colaboradoras. Levei comigo o questionário criado e aprovado pelo orientador, além de um equipamento para a gravação das entrevistas. O questionário em questão contava com perguntas norteadoras e algumas delas foram adaptadas para cada

¹ Entrevista concedida à Bianca Aparecida de Souza Dias em 3 de fevereiro de 2024. Sandra Moreira, nascida na cidade de Parnaíba, se formou na Escola Normal Francisco Correia no ano de 1974.

² Entrevista concedida à Bianca Aparecida de Souza Dias em 5 de fevereiro de 2024. Lúcia Maria, nascida na cidade de Bom Princípio, se formou na Escola Normal Francisco Correia no ano de 1983.

³ Entrevista concedida à Bianca Aparecida de Souza Dias em 13 de fevereiro de 2024. Maria Maria, nascida na cidade de Parnaíba, entrou para o curso de Ciências Contábeis na UFPI – CMRV no ano de 1982.

⁴ Entrevista concedida à Bianca Aparecida de Souza Dias em 8 de março de 2024. Rossana Silva, nascida na cidade de Parnaíba, entrou para o curso de Letras na UECE, em Fortaleza, no ano de 1983.

colaboradora, visto que a trajetória delas se diferem em diversos sentidos. Dessa forma, iniciei perguntando sobre a trajetória escolar; o contexto familiar e se havia um incentivo por parte da família para a continuação dos estudos. É importante destacar que as perguntas iniciavam com a expressão “conte-me sobre”, para permitir com que as colaboradoras se sentissem mais à vontade para compartilhar livremente as suas memórias. Posteriormente, fiz perguntas específicas para aquelas que se formaram na Escola Normal Francisco Correia e também para as colaboradoras que se formaram no ensino superior. Para as primeiras, perguntei sobre as motivações para a escolha pela formação normal; sobre a experiência de ser uma estudante normalista; sobre as principais dificuldades encontradas durante a formação e sobre o ano em que se formaram e quais eram as perspectivas de emprego na área do magistério. Além disso, perguntei se havia algum tipo de pressão ou incentivo para que elas cursassem o ensino superior depois de formadas.

Para as colaboradoras que estiveram no ensino superior na década de 1980, direcionei as perguntas para que me contassem sobre as motivações para a escolha de seguir no ensino superior; sobre como se deu o processo de realização do vestibular; sobre as expectativas que elas tinham para a entrada na universidade; sobre as motivações para a escolha dos cursos; se havia dificuldades de permanência no ensino superior; sobre as percepções das colaboradoras sobre a presença feminina no ambiente acadêmico e como este funcionava em suas respectivas universidades e, por fim, sobre as perspectivas de emprego para as áreas escolhidas.

Fui autorizada a fazer uso das memórias que compartilharam nas entrevistas e depois de concluídas segui para o processo de transcrevê-las. Por fim, fiz uma leitura cuidadosa de todos os pontos de cada entrevista e selecionei os trechos para comporem a pesquisa e para conversarem com a bibliografia e o corpo documental da pesquisa.

Para auxiliar as discussões foi indispensável o uso de uma bibliografia sobre os temas a serem trabalhados na pesquisa. Dessa forma, para compreender sobre a educação brasileira e principalmente a piauiense, foi fundamental a leitura dos trabalhos de Saviani (2009), Mendes (2007, 2012) e Silva (2020). Além disso, as leituras de Perrot (1988, 2006), Scott (1992), Castelo Branco (2005), Louro (2004), Woolf (1929) e Rocha (2011) contribuíram imensamente para as reflexões acerca da história das mulheres, especialmente sobre a mulher piauiense.

Para conhecer a história da criação e da consolidação da Escola Normal no Piauí, além da importância dessa instituição para o estado e para a emancipação daquelas que a escolhiam, foi essencial a leitura dos trabalhos de Carvalho (2013) e Soares e Ferro (2003). Embora trate da cidade de Uberlândia, Inácio (2017) contribuiu para a compreensão das políticas do estado militar e seus efeitos na educação e na Escola Normal. Ademais, para conhecer a história da

consolidação do ensino superior no Piauí, a leitura de Campos (2010) contribuiu acerca da criação do Campus Ministro Reis Velloso e a de Passos (2003) acerca da criação da Universidade Federal do Piauí em Teresina.

Por fim, para entender o processo de transição da mulher para o ensino superior no Brasil e no estado do Piauí, além da relação do vestibular e da distribuição de gênero no ensino superior, foi extremamente importante a leitura dos trabalhos de Cardoso (2002), Guedes (2008), Rosemberg (2015) e Barroso e Mello (1975).

Para além da bibliografia, a pesquisa faz o uso de documentos como legislações educacionais e dados censitários do IBGE, coletados nos anos de 1970 e 1980, que contribuíram com informações importantes para a compreensão do tema. Os jornais também foram fontes essenciais para compreender informações acerca do ensino superior no Piauí. Dessa forma, utilizamos o Jornal Inovação (1980), o Jornal O Dia (1979) e o Almanaque da Parnaíba (1965, 1966).

O trabalho é composto por três capítulos, cada um dividido em subtópicos. No primeiro capítulo, intitulado “A universidade e a Escola Normal em Teresina e Parnaíba”, buscou-se desenvolver um breve histórico da formação de professores, com ênfase na criação das Escolas Normais no Brasil, modelo importado da Europa. Além disso, discorre sobre a preocupação com formação profissionalizante nas políticas do regime militar e sua consequência na educação no Brasil. Por fim, desenvolve-se um histórico da criação da Escola Normal no Piauí e as iniciativas para a criação da UFPI e do CMRV em Parnaíba.

No segundo capítulo, intitulado “O desenvolvimento da educação feminina no Piauí”, é introduzido o processo histórico de exclusão da mulher do espaço público e, consequentemente, da educação. Além disso, discorre-se sobre a criação de escolas voltadas para o público feminino no Piauí a partir do século XX, assim como a diferenciação do currículo nas escolas de público masculino. Em outro momento, utilizando as memórias das colaboradoras, busca-se compreender como funcionava o ensino primário e secundário em Parnaíba. Ainda fazendo o uso da memória das colaboradoras, busca-se entender como a Escola Normal e o magistério foram vistos como espaços possíveis para as mulheres.

Por fim, no último capítulo intitulado “A entrada da mulher parnaibana no ensino superior”, busca-se compreender a abertura do espaço acadêmico para o público feminino, ao passo que se compreende também a forma com que ele permanece desigual em gênero e oportunidades. Para isso, as memórias das colaboradoras são peças centrais para entender o processo de entrada dessas mulheres, a importância desse acontecimento, além das condições de permanência e os lugares ocupados por elas na universidade.

2. A UNIVERSIDADE E A ESCOLA NORMAL EM TERESINA E PARNAÍBA

Após a Revolução Francesa, a partir século XIX, a questão da formação de professores passa a ser mais discutida e formas de procedê-la começam a ser pensadas. A revolução coloca em pauta a instrução popular e é desse momento que vai surgir o processo de criação das Escolas Normais para a preparação de professores e, conseqüentemente, a melhoria do ensino. À medida que instituições para a formação de professores normais vão sendo disseminadas pela Europa, acontece a distinção entre uma Escola Normal Superior, para a formação de professores que atuassem no ensino secundário e uma Escola Normal que se destinasse a formação de professores para o ensino primário (Saviani, 2009, p. 143).

No contexto brasileiro, é após a independência, em 1822, que o debate sobre a formação de professores passa a ser uma preocupação. Em 1834, é promulgado um Ato Adicional que coloca a instrução primária como responsabilidade de cada província. Nesse sentido, as províncias passam a ter preferência pela formação de professores nos moldes europeus, que utilizavam as Escolas Normais. No Piauí, a primeira Escola Normal é criada no ano de 1864, mas ela, assim como as de outras províncias, funcionou de forma intermitente, abrindo e fechando (Saviani, 2009, p. 144).

Mendes (2007, p. 51) atribui o constante fechamento da Escola Normal do Piauí ao capricho dos governantes do Estado:

A Escola Normal do Piauí foi uma outra escola que não ficou livre dos caprichos dos governantes: em 1867 foi extinta no governo Luna Freire; em 1871 recriada como anexo ao Liceu no governo de Manuel de Barros Sousa Leão; extinta novamente em 1874 no governo de Adolfo Lamenha Lins; posta novamente em funcionamento em 1882 no governo de Manoel Idelfonso de Sousa Lima e definitivamente extinta em 10 de outubro de 1888, quando governava o Piauí, Francisco José Viveiros de Castro.

Além deste, outros motivos para o constante fechamento das Escolas Normais no Brasil do século XIX foram a falta de interesse dos homens no magistério primário e a baixa remuneração. Quando as profissões liberais passam a se tornar uma alternativa mais rentável e lucrativa, o desinteresse pelo magistério aumenta e ele vai se tornando uma ocupação secundária na vida dos professores, que tinham como principal função as finanças, a crescente indústria, a advocacia e entre outras.

Para a máxima parte dos professores do ensino oficial o magistério, que devia ser sua principal ocupação, tomou-se apenas uma função subsidiária da sua atividade, uma achega, para muitos um *pis aller*. Crescido número deles o abandonaram de todo ou o desleixaram totalmente pela política, pelas finanças, pela indústria e por negócios e

interesses de toda a ordem. (Matos Apud MENEZES, MACHADO E NUNES, 1985, p. 45).

A falta de professores interessados em atuar no ensino primário abriu espaço para que a área fosse paulatinamente sendo ocupada por mulheres. Nesse sentido, houve o que se denomina “feminização do magistério”, algo que ocorria tanto no Piauí, quanto em outras partes do país e do mundo no início do século XX (Louro, 2004, p. 373). Aos poucos, foi permitido que as mulheres atuassem como professoras e aprendessem o ofício nas Escolas Normais, que se torna um ambiente majoritariamente feminino nas próximas décadas.

Acreditava-se no talento natural da mulher no trato com crianças, uma vez que a mulher nascia para exercer sua principal função: a maternidade. Além disso, consideravam o magistério adequado para a mulher porque tratava-se de um trabalho de “um só turno”, o que não atrapalharia a mulher nas suas obrigações domésticas. Essas razões tentavam justificar o salário oferecido às professoras, que obviamente não precisava ser alto, já que elas não eram as provedoras de uma família, seu trabalho era apenas complementar (Louro, 2004, p. 379).

Saviani (2009) aponta que inicialmente nas Escolas Normais predominou a preocupação com o domínio dos conhecimentos a serem transmitidos nas escolas primárias e desconsiderou-se o preparo didático-pedagógico. Logo, os professores e professoras formados na Escola Normal não tinham uma preparação para a atuação prática em sala de aula, mas sim para a transmissão mecânica dos conteúdos. Por esse motivo, foi feita uma reforma na instrução pública em São Paulo no ano de 1890. Tal reforma visava um enriquecimento do currículo e dava ênfase na aprendizagem prática, o que acontece através da criação de uma escola modelo anexa à Escola Normal. O modelo da Escola Normal de São Paulo se torna referência para os outros estados, que inclusive chegaram a enviar professores para estagiar com os professores paulista (Saviani, 2009, p. 145).

No século XX algumas reformas foram necessárias para melhorar a formação de professores. Com o decreto nº 3.810, de 19 de março de 1932, Anísio Teixeira busca eliminar o que havia de errado nas Escolas Normais que, para ele, ao buscarem serem escolas de cultura geral e cultura profissional, falhavam em conseguir cumprir os dois objetivos. Transforma então a Escola Normal em Escola de Professores. A partir da década de 30 são criados os institutos de educação que “foram pensados e organizados de maneira a incorporar as exigências da pedagogia, que buscava se firmar como um conhecimento de caráter científico.” (Saviani, 2009, p. 146).

Os institutos de educação do Rio de Janeiro e de São Paulo foram elevados ao nível universitário ao serem incorporados pelas Universidades criadas nos respectivos estados

durante a década de 1930. Estes cursos universitários de licenciatura e pedagogia visavam a formação de professores para o ensino secundário. A partir do Decreto-lei nº 1.190, passam a funcionar no “esquema 3+1”, três anos para o estudo das disciplinas específicas e um ano para a formação didática (Saviani, 2009, p. 146).

O resultado desse modelo nos cursos superiores de educação para Saviani (2009, p. 147) foi que eles passaram a colocar o aspecto didático-pedagógico em segundo plano:

Essa situação, especialmente no nível superior, expressou-se numa solução dualista: os cursos de licenciatura resultaram fortemente marcados pelos conteúdos culturais-cognitivos, relegando o aspecto pedagógico-didático a um apêndice de menor importância, representado pelo curso de didática, encarado como uma mera exigência formal para a obtenção do registro profissional de professor.

As Escolas Normais, no entanto, atribuíram uma especial importância para o ensino prático das aspirantes a professoras. As escolas modelos que funcionavam anexas as Escolas Normais funcionava para a inserção das normalistas em sala de aula. Nestas instituições, predominava o modelo de ensino pedagógico-didático, voltado para a formação de professoras primárias (Saviani, 2009, p. 149). A preocupação com a formação profissional se faz muito mais presente ao longo das décadas de 1960 e 1970, pois o país buscava se modernizar e também fortalecer a sua mão de obra.

2.1 A preocupação com a formação profissional e o regime militar

A Escola Normal, assim como muitas instituições de ensino secundário, formou por várias décadas de seu funcionamento as moças de famílias abastadas, relegando as moças mais pobres deste espaço de formação. Principalmente a partir da década de 70, com reformas educacionais promovidas pelo regime militar, amparadas pelo movimento tecnicista, o ensino profissionalizante passa a ser um objetivo e um projeto para integrar a população mais pobre e consequentemente implementar o projeto desenvolvimentista e industrial do regime. Há agora uma preocupação com a educação, visto que no censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE em 1970, constata-se que 2.515.108 pessoas em idade escolar não tinham acesso a instrução escolar (IBGE, Censo Demográfico, 1970). Ficou claro que a educação enfrentava um grande obstáculo e que, para o sucesso da nação, ele deveria ser solucionado.

A partir do momento que os interesses políticos e econômicos se voltam para as áreas urbanas e consequentemente para o processo de industrialização, a educação passa a ter papel importante, pois a indústria necessitava de trabalhadores qualificadas, o que seria viabilizado pelo processo educacional. Era preciso agora um trabalhador

instruído para trabalhar na indústria, para além daquele trabalhador braçal do campo que não necessitava de uma instrução escolar (Inácio, 2017, p. 11).

É a partir de 1948 que inicia o debate sobre a criação de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que só foi ser aprovada no ano de 1961, porém alterada no ano de 1971, durante o regime militar. Estas reformas educacionais tinham o fito de promover uma mudança na educação, que se encontrava em um estado precário e abrangia apenas uma pequena parcela da população. No entanto, por mais que tenham possibilitado a população pobre uma maior chance de ingresso tanto nas instituições de ensino secundário, assim como no ensino superior, este ingresso ainda era acanhado, uma vez que a deficiência da educação começava da base. A esfera municipal era responsável pela promoção do ensino primário, mas os investimentos por parte do governo para o ensino ainda eram ínfimos (Inácio, 2017, p. 38). Diante da falta de investimentos, profissionais e instalações, o ensino primário apresentava um grande déficit.

Por esse motivo, a educação ainda apresentava um caráter privilegiado e restrito a uma parte da população (Inácio, 2017, p. 31). É nesse contexto que o papel do ensino técnico vai ser reforçado, havendo uma integração entre ensino e trabalho. Dessa forma, os jovens saíam do ensino secundário diretamente para o mercado de trabalho. Por não receberem um ensino de qualidade, uma grande parte da população não tinha condições de adentrar no ensino superior, que era extremamente seletivo.

a reforma educacional do 2º grau foi perversa ao utilizar esse ensino como forma de acesso as universidades públicas do país, já que quem frequentava esse ensino em sua maioria eram as classes mais altas que estudam em escolas particulares ou em escolas técnicas federais que possibilitavam maiores condições aos alunos de ingressarem nas universidades (Inácio, 2017, p. 43).

Nesse sentido, fica clara a manutenção da desigualdade social, mesmo que haja um aumento de políticas públicas voltadas para a educação. Estas políticas, porém, não conseguiram sucesso na prática visto que não alcançaram a população mais pobre, uma vez que não houve um investimento efetivo na educação, principalmente de nível primário (Inácio, 2017, p. 44). Esse caráter segregacionista da educação afastou a camada mais pobre, principalmente as mulheres, de atingirem o ensino superior. A alternativa seria, então, ingressar diretamente no mercado de trabalho através dos cursos profissionalizantes. Para as mulheres, é de suma importância o estabelecimento da Escola Normal no Piauí.

2.2 A instrução no Piauí: a criação da Escola Normal em Teresina e Parnaíba

As iniciativas para o ensino piauiense advinham muitas vezes de instituições privadas. Logo, a escolarização era privilégio de apenas uma parcela da sociedade; os mais abastados que possuíam renda para matricular seus filhos na rede privada ou enviá-los para estudarem fora. Em relação a essas iniciativas, um dos empreendimentos mais importantes na educação privada partiu da Igreja Católica ao trazer freiras catarinas vindas da Europa, fundando então o Colégio Sagrado Coração de Jesus (1906). O curso da escola era ministrado em 5 anos, com mais dois anos de estudos complementares. O colégio buscava uma formação cristã e moral, formando moças em perfeito estado de pureza. Além disso, formavam para que elas tivessem êxito na sua verdadeira função, a de mãe educadora e esposa cuidadora. O mesmo ocorreu em Parnaíba no ano de 1907, com a fundação do Colégio Nossa Senhora das Graças, que educou as moças da elite parnaibana (Mendes, 2012, p. 150-154).

No entanto, a maioria das escolas funcionavam em residências onde professoras ensinavam crianças e adolescentes. Essas escolas eram mais acessíveis para a população pobre, mas eram extremamente deficientes em estrutura, já que o espaço de ensino era também doméstico. Algumas destas escolas eram custeadas pelo poder público, como por exemplo a escola da professora Sinhá Raposo em Parnaíba, que recebia meninos e meninas humildes, ensinando-os as mais valiosas lições. Dessa forma, a rede primária estadual funcionava majoritariamente nas chamadas escolas isoladas (Mendes, 2012, p. 138).

No entanto, o ensino primário no Piauí, principalmente no interior, ainda era muito precário. Não havia prédios com infraestrutura adequada, existia pouco recurso financeiro para a manutenção e, principalmente, faltavam professores. O ensino secundário também era deficiente no estado, e os professores – que geralmente utilizavam a docência como uma atividade complementar à renda – muitas vezes não estavam preparados e recebiam pouco, o que ocasionava uma escassez de profissionais para atender as poucas escolas existentes (Mendes, 2007, p. 56).

Para tentar melhorar o quadro educacional do Piauí, os governos discutiam a criação de uma escola profissionalizante para a formação de professores capacitados. Nesse sentido, a Lei nº 419, de 13 de julho de 1906 autorizava a criação de uma Escola Normal. No entanto, o início do ensino normal no Piauí só saiu mesmo do papel em 1909, por mais que tenha sido pensado desde 1864. A iniciativa partiu da Sociedade Auxiliadora da Instrução, uma instituição não governamental formada por intelectuais ligados à maçonaria, criada em 1908 na cidade de Teresina, ficando responsável pela criação de uma Escola Normal no estado. Então criada, a escola recebe o nome de Escola Normal Livre e destinava-se à formação de professoras, tendo sido oficialmente inaugurada em janeiro de 1909. A criação da Escola Normal Livre foi um

grande marco para a educação piauiense, pois formaria e capacitaria professoras primárias para atuarem na educação do estado e, conseqüentemente, promoveria uma melhora no quadro educacional que, por muito tempo, foi tão precarizado (Soares e Ferro, 2003, p. 1).

Um dos membros da Sociedade Auxiliadora da Instrução e professor da Escola Normal Livre, Dr. Antonino Freire, tornou-se governador do estado e, em 1910, criou a Escola Normal Oficial em Teresina, substituindo a primeira, de iniciativa privada, mas conservando o seu quadro de professores. Além disso, Antonino Freire, através da Lei nº 548, de 30 de março de 1910, promoveu uma reforma que, dentre outras coisas, garantia um ensino livre, leigo e gratuito, dividido em primário, normal e profissional. Permitiu também que professoras interinas frequentassem a Escola Normal Oficial para se tornarem efetivas. Sobre a preferência pelo ensino feminino, o governador Antonino Freire diz que:

Duas razões principais atuaram no meu espírito para semelhante preferência. A primeira e a mais poderosa foi a natural aptidão para desempenhar melhor esta função, que a mulher possui, mais afetiva que o homem, ela está, por isso, muito mais apta, a ensinar crianças e acompanhar-lhes os primeiros albos da inteligência. A segunda razão foi a exiguidade dos vencimentos que o Estado oferece aos professores. Com a carestia atual de vida, é absurdo pensar em obter preceptores dedicados ao magistério, pagando os míseros ordenados do orçamento. *A mulher, porém, mais fácil de contentar e mais resignada*, e quase sempre assistida pelo marido, pelo pai ou irmão, poderá aceitar o professorado e desempenhá-lo com assiduidade e dedicação, não obstante a parcimônia da retribuição dos serviços (Vilarinho, 2005, p. 84 Apud Martins, 1920, p. 36, grifo nosso).

A profissão docente foi cada vez mais sendo ocupada pelo público feminino, pois se tratava de uma das únicas permitidas para as mulheres. Permitida porque ser professora era visto como uma extensão do dever materno de educar sua prole, sendo a verdadeira vocação da mulher o cuidado e a contribuição para a formação de cidadãos. Por esse motivo, a baixa remuneração era justificada por se tratar de uma “vocação”, algo que a mulher faria de bom grado, pois ela é naturalmente uma educadora e, afinal, não é a responsável pelo sustento da família, uma vez que tal função cabe ao marido ou o pai, então não necessitaria da mesma remuneração destinada aos homens (Rocha, 2011, p. 52). É por isso que, como aponta Vilarinho (2005), à medida que mais mulheres se tornaram professoras, a docência foi perdendo o prestígio e sofrendo queda na remuneração.

O aumento do interesse das mulheres pelo ensino profissionalizante foi essencial para a lenta e gradual abertura do mercado de trabalho para o público feminino. As mulheres passam agora a frequentar o espaço público não só como espectadoras, mas como integrantes dele. É claro que o trabalho já fazia parte da realidade de muitas mulheres das classes menos abastadas, mas é com essa abertura para o campo intelectual que a mulher passa a ocupar posições de mais

destaque na sociedade. (Rocha, 2011, p. 48) Posições que antes eram apenas ocupadas pelos homens, passam então a ser possibilidade para as mulheres piauienses.

A Lei Estadual nº 642, de 17 de julho de 1911, estabeleceu que seria de quatro anos o curso para a formação de professoras normalistas, assim como também criou a Escola Modelo⁵, local onde seriam feitas as aulas práticas das futuras professoras. Em relação ao currículo de disciplinas da Escola Normal, ficou estabelecida essa divisão:

Art. 1º Será de 4 annos o curso da escola normal desta capital. § 1º O primeiro anno comprehenderá o estudo de portugues, frances, arithmetica, geographia, desenho, musica e gymnastica. § 2º O segundo anno comprehenderá o estudo de portugues, frances, arithmetica e algebra, geographia e cosmographia, pedagogia, methodologia, physica e meteorologia, desenho, musica e trabalhos manuaes. § 3º O terceiro anno comprehenderá o estudo de portugues, frances, geometria e trigonometria, physica, chimica e meteorologia, historia natural (zoologia e botanica), arboricultura, horticultura e jardinagem, pedagogia, methodologia, educação moral e civica, desenho, musica e trabalhos manuaes. § 4º O quarto anno comprehenderá o estudo de literatura, historia natural (mineralogia e geologia), economia rural e hygiene, historia das civilizações e do Brazil, pedagogia, methodologia, economia domestica, educação moral e civica, desenho, musica e trabalhos manuaes. (Soares e Ferro, p. 2)

Percebe-se que as disciplinas aumentam e se especificam no decorrer dos anos de estudo. É apenas no segundo ano que se iniciam os estudos de pedagogia e metodologia, disciplinas que reaparecem nos dois últimos anos. Além disso, em todos os anos estão presentes disciplinas voltadas para a arte, como música, desenho e trabalhos manuais, o que demonstra uma preocupação com uma formação que contemplem também habilidades artísticas das jovens normalistas. No quarto e último ano observamos disciplinas como economia doméstica, economia rural e higiene, assim como a disciplina de educação moral e cívica. No entanto, esse currículo foi alterado diversas vezes a partir de legislações, regulamentos e decretos vigentes nos anos de 1916 a 1922.⁶

No ano de 1921 outra reforma na instrução pública foi feita, agora pelo governador Dr. João Luiz Ferreira. A necessidade da reforma veio através de um relatório solicitado pelo governador e feito pelo Dr. Mathias Olympio, que apresentou as causas da decadência do ensino piauiense. Dentre as causas estavam a ausência de fiscalização, o despreparo dos professores e

⁵ Os discursos políticos apontavam que o ensino primário deveria ser oferecido a todas as camadas sociais, no entanto havia poucos investimentos para que isso de fato se concretizasse. Uma das escolas públicas primárias de mais destaque era a Escola Modelo, que funcionava juntamente da Escola Normal, com a função de ofertar a prática às normalistas e também o ensino e o preparo àquelas alunas que desejassem seguir para a Escola Normal.

⁶ Lei nº 863, de 24 de junho de 1916 no governo de Miguel de Paiva Rosa (1/07/1912 a 1/12/1916); Regulamento nº 689, de 10 de novembro de 1917 e o Decreto nº 708, de 2 de outubro de 1918, do governo de Eurípedes Clementino de Aguiar (1/07/1916 a 1/07/1920); Decreto nº 771, de 6 de setembro de 1921, e da Lei nº 1027, de 3 de julho de 1922, ambos do governo de João Luiz Ferreira (1/07/1920 a 1/07/1924).

a falta de formação profissional para a docência, além da falta de prédios para o funcionamento de escolas (Mendes, 2011, p. 139).

A partir deste relatório, foi publicado o Decreto nº 771, em 06 de setembro de 1921, decidindo que o magistério não poderia ser promovido por mulheres menores de 18 anos e homens menores de 20 e, além disso, que mulheres casadas não podiam exercer o magistério. O argumento para tal decisão era de que o magistério poderia atrapalhar as obrigações domésticas das mulheres casadas.

O trabalho feminino no magistério era visto como digno, entretanto verifica-se a ocorrência de discursos contrários ao trabalho de mulheres casadas fora do lar, tendo em vista que, ora a escola retirava a mulher da casa e dos cuidados com os filhos, ora a maternidade a afastava da escola (Rocha, 2011, p. 52).

Havia na sociedade piauiense discursos contrários e a favor dessa proibição, o debate era acalorado. De um lado, alguns defendiam que as mulheres precisavam interromper suas atividades na escola por problemas domésticos e isso provocava a necessidade de sua constante substituição. Para os defensores do decreto, havia uma incompatibilidade das mulheres casadas com qualquer tipo de trabalho. Para os contrários, essa decisão apenas afastaria as jovens moças de se casarem e resultaria em professoras “solteironas”, ou mesmo em uniões ilícitas (Rocha, 2011, p. 54).

Em 1925, agora no governo de Dr. Mathias Olympio, a Escola Normal e a Modelo foram transferidas para um novo prédio com melhores instalações, que vinha sendo construído desde 1920. Na década de 1930, uma das mudanças mais significativas decorreu do lançamento do Regulamento Geral do Ensino, Decreto nº 1.438/33, pelo interventor Landri Sales. Esse regulamento, além de modificar o currículo novamente, também determinou que a condição para ingressar na Escola Normal seria a participação em um curso preparatório feito pela Escola de Adaptação, tendo este curso a duração de 2 anos. O objetivo do curso seria aprofundamento de conhecimentos e, principalmente, averiguar a vocação para o magistério de cada aluna. Para ingressar no curso era necessário ter entre treze e trinta anos e também atestar a capacidade mental e a saúde física (Mendes, 2011, p. 96).

Percebe-se que a partir de 1920, com uma boa conjuntura econômica, o governo passa a investir mais na educação. Nesse período houve um aumento no número de escolas públicas, mas a meta era construir escolas para a formação de um corpo docente maior e mais capacitado para atender às necessidades educacionais do estado (Vilarinho, 2005, p. 82).

A criação da Escola Normal Oficial na cidade de Teresina foi o primeiro passo para a criação de mais escolas normais no estado. Nesse sentido, em Parnaíba, no litoral do estado, a Escola Normal foi fundada em 11 de julho de 1927, pelo então prefeito, José Narcísio da Rocha Filho. Esta escola nasceu juntamente com o Ginásio Parnaibano e ambas funcionaram nas instalações do grupo Miranda Osório, mas pertencentes a rede privada.

O Ginásio Parnaibano era voltado para o público masculino e deveria formar os jovens parnaibanos para o ingresso no ensino superior. A Escola Normal era mais voltada para a formação de jovens professoras, uma vez que o magistério se voltava para ser uma profissão feminina. No ano de 1932 forma-se a primeira turma da Escola Normal, com 12 novas professoras normalistas (Carvalho, 2013, p. 25).

O quadro docente da escola era formado majoritariamente por profissionais sem formação em educação, como advogados, engenheiros, médicos, farmacêuticos e entre outros. Dentre eles, existia a presença de três mulheres, a professora Henriete Soter Castelo Branco, na disciplina de francês, a professora Maria Celeste de Jesus, na disciplina de metodologia e didática e, por fim, a professora Lise Torres Pires, na disciplina de trabalhos manuais. As professoras e professores faziam parte da elite da sociedade parnaibana, profissionais que se formaram fora do estado e no Colégio Nossa Senhora das Graças (Carvalho, 2013, p. 26).

Nos anos iniciais a Escola Normal era voltada para as moças mais abastadas da cidade, proporcionando a formação no ensino secundário e sua profissionalização. No entanto, com a Lei 1.892, de 21 de novembro de 1959, a Escola Normal é estadualizada e passa a se chamar Escola Normal Francisco Correia, proporcionando o acesso para as moças de classes mais baixas. Em 1961 a Escola Normal é desmembrada do Ginásio Parnaibano e passa a funcionar em um novo prédio, na avenida Chagas Rodrigues, mas alguns anos depois muda-se para um prédio definitivo, inaugurado em 1967, agora na avenida Miguel Rosa, atual Avenida das Normalistas.

Estudar na Escola Normal era um privilégio e as alunas da instituição eram muito bem vistas perante a sociedade. O magistério se torna um espaço possível para jovens parnaibanas que buscavam concluir os estudos e ingressarem no mercado de trabalho que, inclusive, era repleto de oportunidades para as professoras formadas.

No ano de 1968, a professora Maria Christina de Moraes Souza Oliveira assume a direção da escola e o número de vagas passa a aumentar. Além disso, passa a ser ofertado o ensino noturno para que as professoras leigas pudessem se especializar e também houve a criação de cursos adicionais. A escola contava com uma escola de aplicação que funcionava anexa e possibilitava um ensino prático para as alunas normalistas, além de oferecer uma maior

experiência em sala de aula (Carvalho, 2013, p. 28). A presença da professora Maria Christina foi muito importante para a democratização da escola, que passou a alcançar cada vez mais moças, principalmente as menos abastadas de Parnaíba e regiões próximas. Nesse sentido, a Doutora em Educação, Guacira Lopes Louro (2004, p. 385), destaca a importância dessas mulheres que assumem cargos importantes nas instituições de ensino como a escola normal e como elas se tornavam também um exemplo a ser seguido:

Essas primeiras diretoras estavam, de algum modo, rompendo com a representação ou as expectativas mais tradicionais, o que poderia contribuir para que fossem admiradas e imitadas pelas professoras e alunas. Dessa forma, algumas delas acabaram por imprimir marcas extremamente pessoais às instituições que dirigiram, criando escolas.

A criação da Escola Normal Francisco Correia foi uma conquista importante para a educação feminina e pública na cidade de Parnaíba. A escola também contava com moças que vinham de localidades próximas, como Luís Correia, Buriti dos Lopes e Cocal, que buscavam um ensino secundário público de qualidade, inexistente em suas cidades, o que possibilitou um maior acesso à educação de muitas mulheres que, sem a Escola Normal, provavelmente não teriam a oportunidade de concluir os estudos. Ademais, as professoras formadas poderiam voltar às suas cidades e ingressar no magistério, promovendo uma educação de qualidade e aumentando o número de professoras nas cidades pequenas do estado.

Ser professora normal significava também ter um lugar na sociedade, ser vista com olhares orgulhosos e obter um status social mais elevado. Possibilitava principalmente a entrada no mercado de trabalho e, conseqüentemente, o recebimento de remuneração que, por mais que não fosse tão alta, ajudava as jovens de classe média e classe média baixa a conquistarem o seu lugar ao sol. No entanto, a Escola Normal paulatinamente deixa de ser o único caminho possível a ser trilhado e o ensino superior piauiense passa a se delinear como uma nova opção.

2.3 O início do ensino superior no Piauí

No estado do Piauí, a criação de universidades foi uma das grandes reivindicações do século XX. No decorrer do século, intelectuais piauienses passam a pensar na possibilidade de criação de uma universidade, mas esses pensamentos dificilmente conseguiam alcançar uma realização concreta, já que não havia investimentos no ensino superior no Piauí, ou pelo menos não de forma satisfatória e que alcançasse uma parcela maior da população. No estado existiam algumas possibilidades da continuação dos estudos, como a Faculdade de Direito, a de Filosofia

e a de Odontologia. Além delas, havia também a Escola de Enfermagem. Percebe-se um leque pequeno de opções para os estudantes piauienses que buscavam o ensino superior e, além disso, poucas pessoas – notadamente a elite – conseguiam acessar (Campos, 2010, p. 45).

Analisando artigos do Almanaque da Parnaíba na década de 60, pode-se perceber que o ensino superior era destinado apenas a uma parcela da sociedade. Muitos estudantes piauienses não chegavam a concluir o ensino secundário e poucos conseguiam alcançar o ensino superior. Diante disso, na edição do Almanaque da Parnaíba de 1963, Afrânio Aragão Craveiro aparece denunciando o caráter elitista das universidades brasileiras:

Primeiramente, é fato notório que as nossas faculdades só recebem em seu seio uma certa parte do povo, somente 1% (um por cento) de privilegiados consegue o “título” universitário que amanhã se transformarão em máquinas humanas de fazer dinheiro (Almanaque da Parnaíba, 1963, p. 39).

Nesse sentido, Aragão destaca a universidade como reprodutora da desigualdade social do nosso país, onde poucos conseguem chegar a cargos de poder, sendo estes poucos guardiões de uma riqueza passada por gerações, num movimento que só teria fim quando uma parcela maior da população conseguisse acesso a esse espaço tão ocupado pela elite. No ano seguinte, Aragão escreve novamente para o Almanaque destacando a importância da União Nacional dos Estudantes - UNE⁷ e defende uma reforma universitária que venha a quebrar a realidade de desigualdade social no Brasil (Almanaque da Parnaíba, p. 119, 1964).

Em mais uma manifestação em favor da consolidação de um ensino superior mais abrangente e acessível, o estudante de direito, Genuíno Sales, escreve para o Almanaque em 1965 sobre as suas considerações e críticas acerca da falta de uma universidade no Piauí. No artigo ele destaca a frustração de muitos estudantes que, ao terminarem o ensino secundário, precisavam se deslocar para outros estados para dar continuidade aos estudos, já que o Piauí dispunha de poucos cursos, o que limitava sonhos e vontades daqueles que não podiam se deslocar para longe:

É triste pois, a situação da nossa mocidade. Os que não podem buscar a cultura em outros Estados, são condenados irremediavelmente, a cair no círculo vicioso: - Direito - Filosofia - Odontologia. Odontologia. DIREITO. Tem que se contentar com um curso de direito, as vezes, não eficiente ou uma filosofia, as vezes precária, para depois cantar na própria frustração, a glória de um anel que brilha, mas que não tem brio. (Almanaque da Parnaíba, p. 209, 1965).

⁷ A UNE – União Nacional dos Estudantes é uma organização estudantil brasileira fundada em 1937 e que participa da luta pela conquista dos direitos estudantis.

Como consequência desta escassez, os filhos de famílias mais abastadas buscavam se deslocar para outros estados a fim de concluírem os estudos. No entanto, ele conta que até para quem tinha a possibilidade de sair do Piauí, a realidade não era tão agradável, já que os custos para se manter longe de casa costumavam ser altos e, por isso, os estudantes enfrentavam desafios para se manterem. Além disso, ele fala que a falta de uma universidade para o estado ocasionava na falta e na “importação” de profissionais, sobrando aqui apenas pessoas leigas com pouca ou nenhuma qualificação. Para Sales (1965), este problema poderia ser resolvido com a criação de uma Universidade e, para isso, destaca a importância de um apoio no Congresso para que houvesse esse investimento para o estado do Piauí, que se encontrava entre os mais pobres do país.

Percebe-se que a criação de uma universidade no Piauí era uma pauta antiga e ainda sem previsão de solução, sendo apenas um plano e uma vontade da elite local. No ano de 1963, Petrônio Portella assume o governo estadual e se volta para o setor educacional, e é quando há a criação do Conselho Nacional de Educação, a expansão da rede de ensino básico, a estadualização da Faculdade de Odontologia e a criação da Faculdade de Medicina (Passos, 2003, p. 36).

É justamente a partir do ano de 1963 que a luta pela criação de uma universidade no Piauí se torna mais forte com a União Estadual dos Estudantes, presidida por Oston Teixeira Diniz, estudante de odontologia. As reivindicações dos estudantes começam em uma coluna intitulada “Retalhos Universitários” do jornal *O Dia*, criada no mesmo ano, mas contava também com a pressão para o governo executivo e aos parlamentares federais. Naquele momento, a bandeira era levantada em qualquer oportunidade. Foi um movimento engajado, embora com um número mais reduzido de participantes (Passos, 2003, p. 39-41).

O movimento pela criação da universidade contou com apoio da imprensa, professores, importantes autoridades educacionais do estado e da União Nacional dos Estudantes (UNE). No ano de 1964, o governador Petrônio Portella, através da Lei nº 2.567, autoriza a criação da Universidade do Estado do Piauí, contando com uma possível federalização posteriormente, da mesma forma que ocorreu com outras universidades estaduais no país (Campos, 2010, p. 48). No entanto, a legislação não foi suficiente para que a Universidade finalmente saísse do papel, pois se tratava de um grande empreendimento e “[...] na época, era que o Piauí não tinha condições econômicas e materiais e mesmo culturais para a criação de uma universidade da forma que pretendia.” (Passos, 2003, p. 44).

O então presidente no ano de 1964, João Goulart, apoiava o movimento de criação da universidade e já tinha anunciado medidas para concretizar os planos de criação. O apoio foi importante, mas diante da instabilidade política existente naquele ano e, não muito depois, do golpe militar, a criação de uma universidade no Piauí continua apenas no plano das ideias. Durante os anos de ditadura, o movimento estudantil passa a funcionar na ilegalidade, e a perseguição aos estudantes se torna a nova realidade. O movimento pró-universidade também fica no escuro. No ano de 1966, o presidente militar Castelo Branco faz sua segunda passagem pela capital e, dessa vez⁸, o governador o recebe preparado, juntamente com a população, a fazê-lo escutar o clamor pela criação da universidade.

O apelo finalmente foi ouvido, mas é somente com a Lei nº 5.528, em 12 de novembro de 1968, que a Universidade Federal do Piauí recebe autorização para de fato existir. A criação da universidade não se tratava apenas de uma conquista social e de um “antigo sonho piauiense”, mas servia também para a manutenção da política dos grupos tradicionais do estado (Passos, 2003, p. 58). A Universidade Federal do Piauí levou 8 anos para materializar-se, o que aconteceu no ano de 1971, mas foi de extrema importância para o crescimento do ensino superior no estado.

A universidade foi inicialmente composta pelas Faculdades de Direito, Odontologia e Medicina, em Teresina, e pela Faculdade de Administração (FAPI), em Parnaíba, além da Escola de Enfermagem e dos Institutos de Ciências Exatas e Naturais e de Filosofia, Ciências Humanas e Letras em Teresina (Passos, 2003, p. 63). O plano, no entanto, era fazer a integração destes vários cursos em uma única localização, exceto pelo curso oferecido pela FAPI.

Alguns anos depois cria-se o campus Ministro Reis Velloso (CMRV), tendo seu início juntamente com o da UFPI e da integração da FAPI àquela. É importante destacar que a criação de um campus em Parnaíba se deu por iniciativa das elites intelectuais da cidade, que sonhavam em ver doutores se formando e, além disso, fazer com que Parnaíba voltasse a ter uma posição de destaque na economia piauiense (Campos, 2010, p. 68).

Embora carente de recursos financeiros, o movimento pela criação da universidade contava com o apoio do governo municipal. Para concretizar os planos de criação do ensino

⁸ Durante a primeira visita, no ano de 1965, o presidente militar Castelo Branco não fez nenhuma menção a criação da universidade, embora testemunhas contem que ele era favorável ao movimento.

superior em Parnaíba, foi criada a Fundação Educacional da Parnaíba – FEP⁹, através da Lei nº 2.775/65. O prefeito da cidade, Dr. Lauro Andrade Correia, era um grande defensor do movimento e uma de suas primeiras iniciativas foi criar o curso de Ciências Econômicas, mas a criação foi frustrada, pois ele passou a existir na cidade de Teresina antes, não fazendo sentido dois cursos idênticos coexistirem na época.

Os planos, portanto, precisaram mudar. É desta frustração que nasce a ideia da criação do curso de Administração de Empresa, tornando-se depois o primeiro curso superior da cidade. A escolha pelo curso se deu pela preferência do empresariado da cidade (Campos, 2010, p. 75). Lauro Andrade Correia assumiu a secretaria da FEP e ficou com a responsabilidade de elaborar o projeto do curso, o que fez prontamente; viajou e conheceu outros cursos de administração.

O primeiro problema foi encontrar um espaço físico para o funcionamento da faculdade. A solução para esse empasse foi resolvida pela diocese de Parnaíba, que disponibilizou salas do Colégio São Luiz Gonzaga para o funcionamento do curso. Percebe-se que a iniciativa para o primeiro curso superior da cidade precisou partir da extrema vontade daqueles que o idealizaram e mediante favores. Nos primeiros anos de seu funcionamento os obstáculos eram muitos, mas a persistência fez nascer o primeiríssimo curso superior de Parnaíba, que funcionava a noite nas salas cedidas. No ano de 1973, o Ministro do Planejamento e também parnaibano, amigo dos idealizadores, Dr. João Paulo dos Reis Velloso, anunciou o financiamento de dois milhões de cruzeiros para a construção de um subcampus da UFPI em Parnaíba.

Imediatamente iniciam-se todos os planejamentos, estratégias e ações para a criação do campus. O outro desafio seria encontrar um corpo docente capacitado para preencher as vagas da nascente universidade. Muitos portadores de diploma do ensino superior da cidade não colocavam fé no sucesso do projeto, além de não concordarem com o salário oferecido na época. De início foram aprovados 16 professores para fazer parte do quadro docente, mas eles ainda deveriam receber uma capacitação profissional para lecionarem. Muitos dos professores não eram formados na área de administração, apenas Lauro Correia exercia a profissão, mas isso não importava tanto no momento (Campos, 2010, p. 92).

⁹ A FEP era composta por representantes da Prefeitura Municipal, da Federação das Indústrias e de outras entidades e pessoas físicas. Ela foi criada em 19565 para ser a entidade mantenedora do curso de administração, que faria parte da recém criada UFPI. Como presidente da entidade estava Cândido Almeida Athayde.

Toda a criação do Campus Ministro Reis Velloso partiu do trabalho voluntário dos idealizadores do curso superior. A FEP não possuía recurso algum e dependia de doações para o seu funcionamento. O patrimônio que a universidade precisava para o seu funcionamento foi todo doado e no início os móveis e utensílios precisaram ser de segunda mão, o que foi aceito de bom grado mediante as circunstâncias.

Com a integração da FAPI à UFPI, a faculdade passou a se denominar Faculdade de Administração da Universidade Federal do Piauí – FUFPI. A partir de 1971 o campus Parnaíba começa a ser construído e se torna Campus Ministro Reis Velloso, em homenagem a um dos colaboradores fundamentais para a existência do curso. Mesmo antes da construção do campus, o vestibular para o curso de Administração já ocorria desde 1969. A partir de 73 o vestibular é unificado e acontece na capital, com a oferta de 500 vagas, como é anunciado no jornal O Estado, de Teresina:

A UFPI oferecerá 500 vagas nos exames vestibulares do próximo ano com 17 opções profissionais, das quais, 06 a serem implantadas, destacando o curso de Enfermagem. Os dados foram anunciados por Hécio Ulhôa Saraiva, Reitor da FUFPI, em solenidade realizada na Faculdade de Odontologia, em que foi inaugurar a Policlínica daquela unidade de Ensino Superior. Segundo o professor Hécio o quadro de oferta será o seguinte por área Saúde: Medicina – 50; Enfermagem – 20. Ciências da Natureza: Licenciatura em Física – 20; Licenciatura Plena em Matemática – 25; Licenciatura em Ciências do 1º Grau, em regime regular – 25; Licenciatura em Ciências do 1º Grau, em regime parcelado – 30; Licenciatura em Curta duração em Artes Industriais – 25. Humanidade e Letras: Administração – 30; Direito- 50; Técnico em Desenvolvimento – 25; Licenciatura em Curta Duração em Técnicas Comerciais – 25; Letras – 35; História – 20; Geografia – 20. Educação: Pedagogia em Curta Duração em Regime Regular – 30 e Pedagogia em Curta Duração em Regime Parcelado 30 (Campos, 2010, p. 106 Apud JORNAL O ESTADO, 1972).

Pela primeira vez, o estudante piauiense possui a oportunidade de cursar o ensino superior no próprio estado e com várias opções de curso. Além disso, a criação do campus em Parnaíba era uma realização de grande peso para a cidade, tornando o ensino superior para aqueles jovens parnaibanos que antes não tinham a opção de cursá-lo, mais possível.

A construção do CMRV ocorreu às pressas com prazos rígidos e mediante conflitos de interesse, mas foi concluída no ano de 1974. A inauguração do campus contou com a presença de autoridades e da população de Parnaíba. Em março de 74 torna-se reitor o diretor do Centro de Ciências e Letras (CCHL), o professor José Camilo da Silveira Filho. A criação do CMRV foi um passo importante para a Parnaíba da atualidade, considerada um polo universitário, e se deu mediante o esforço coletivo de todos os colaboradores. A criação do campus permitiu o acesso de mais parnaibanos no ensino superior, inclusive dando um leque mais variado de

oportunidades para as mulheres que antes dependiam do ensino profissionalizante ofertado pela Escola Normal, agora podendo conquistar o ensino superior.

Contudo, esse movimento é lento e o magistério primário continua sendo a porta de entrada do mercado de trabalho para muitas mulheres durante as décadas analisadas na pesquisa. Por isso, é necessário entender como a trajetória escolar, a classe social e os lugares a elas impostos podem influenciar ou até mesmo impossibilitar a entrada na universidade.

3. O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO FEMININA NO PIAUÍ

A inclusão da mulher no espaço público encontrava diversos obstáculos, mas mesmo o ambiente privado não era necessariamente livre – era, na verdade, dividido. Embora a mulher devesse se resguardar ao ambiente doméstico, ela não era provida de autonomia nesse espaço. Havia o lugar reservado para o pai ou o marido, homem da família e provedor, e o lugar da mulher, que poderia ser o seu quarto, a sala onde haveria as ocasiões sociais ou as reuniões familiares, além da cozinha. Os espaços estabelecidos dentro do espaço doméstico contribuíam para a posição invisibilizada da mulher. Até mesmo em casa, ela deveria se preocupar com o momento certo para falar, com o momento certo para escrever e tomar o devido cuidado sobre o que escrever. A linha que distancia o privado e o público é tênue. Nesse sentido, a historiadora francesa Michelle Perrot (1988, p. 189) aponta que:

Na casa, coexistem lugares de representação (o salão burguês), espaços de trabalho masculinos (o escritório onde mulher e filhos só entram na ponta dos pés). A fronteira entre o público e o privado é variável, sinuosa e atravessa até mesmo o microespaço doméstico.

No cenário piauiense a realidade da mulher não era muito diferente. Existia o espaço privado que, como destacado anteriormente, se encontrava dividido entre público e privado, mas também existia o espaço público que era predominantemente masculino e a mulher que estivesse nesse espaço no horário errado ou sem supervisão da sua família era considerada “mulher do mundo”. Percebe-se que na cidade de Parnaíba, assim como em outras cidades do Piauí, a liberdade das mulheres era cerceada. De um lado havia as mulheres do mundo e do outro, as moças de respeito, que serviriam para o casamento, enquanto as primeiras serviam para o divertimento dos homens da cidade. Nesse sentido, em um trecho do livro de crônicas “Estórias de uma cidade muito amada” de Carlos Araken, publicado em meados da década de 1980, ele fala sobre o Cassino 24 de Janeiro – lugar muito frequentado pelas pessoas mais abastadas da cidade – e cita que: “As moças só entravam no clube acompanhadas de seus pais ou familiares. Mas sozinhas, nunca! Não era de bom tom.” (Araken, 1980, p. 43). Por outro lado, quando em suas memórias ele relembra a vida dos rapazes de sua época, a liberdade com que eles viviam era bem diferente da qual era permitida às moças:

Quando algum garoto de mais de 14 anos, desejava ser iniciado, tinha duas opções. Ou o pai quando tinha bastante intimidade, lhe levava a alguma mulher experiente, confiando a ela a donzelice do filho, ou o que era mais frequente, um dos mais velhos se arvorava do padrinho, e fazia as vezes do pai. (...) Em nossos encontros noturnos, depois de um bom papo, os mais cautelosos iam dormir; os mais afoitos desciam para a zona, local onde ficavam os cabarés (Araken, 1980, p. 54).

Percebe-se então que a geração das moças de Parnaíba – ou pelo menos as das classes mais abastadas – descrita por Araken (1980) não conhecia a liberdade de circular livremente pelo espaço público como era permitido aos homens, caso contrário elas “cairiam na boca do povo” e ficariam malfaladas. Diante disso, fica claro que o lugar permitido para as mulheres desde as francesas descritas Perrot (1988) até as mulheres parnaibanas descritas por Araken (1980), era o doméstico, e com a estrita vigilância e controle – não só dos pais, mas de toda sociedade.

A educação foi privada da mulher por séculos. A verdade é que se acreditava que a mulher não era digna de sabedoria, ou pelo menos não a mesma sabedoria que os homens. Foi essa justificativa que as afastou por tanto tempo do campo do saber e dificultou o seu desenvolvimento intelectual. Portanto, como poderíamos saber sobre as mulheres, se além de estarem circunscritas ao mundo privado, também não recebiam educação e, logo, não tinham acesso à escrita? Muitas das fontes mais antigas foram escritas por homens e na visão deles. Como aponta a escritora inglesa Virginia Woolf (1929), “[...] um homem é terrivelmente míope e parcial em seu conhecimento de mulheres [...]” (p. 152). O que sabíamos sobre elas estava nos relatos dos viajantes, de homens que observavam a vida pública e privada, ou mesmo através de cartas e de histórias escritas em livros, mas nenhuma dessas fontes poderia de fato colocar em perspectiva o que as mulheres pensavam e como elas enxergavam o mundo, ao passo que todo e qualquer detalhe da vida masculina poderia ser registrado e válido para a construção de uma história. Só vai ocorrer uma mudança nesse sentido algum tempo depois, no final século XIX e início do século XX (Perrot, 2006, p. 22).

Depois de alguns séculos, a educação aos poucos se torna um espaço possível para as mulheres. Com o crescimento urbano do final do século XIX e início do século XX, a educação no Brasil buscava atender às novas reivindicações da elite e da crescente classe média que buscavam aumentar o seu nível de instrução. A educação passa a ser um valor positivo e, portanto, educar a população seria o correto a se fazer para resolver os problemas sociais do país (Castelo Branco, 2005. p. 69).

Embora seja um avanço importante, a educação feminina ainda não era equivalente a oferecida ao público masculino. Ainda persistia a ideia do lugar feminino e do lugar masculino, sendo o primeiro o ambiente doméstico. Logo, a educação oferecida às mulheres no início não se voltava tanto para os saberes técnicos, sendo mais uma instrução que as tornasse mais agradáveis nos ambientes sociais (Rocha, 2011, p. 48). Além disso, com o crescimento da classe

burguesa, a instrução se torna uma forma de alavancar o seu status social. Tocar piano, saber pelo menos três idiomas, dominar a arte da costura e do bordado, além do domínio das práticas de etiqueta, eram as coisas suficientes e permitidas quando se tratava de instrução feminina. O historiador Pedro Vilarinho Castelo Branco (2005, p. 70), quando fala sobre a educação das meninas em Teresina, aponta que:

Ao lado dessa educação doméstica e de salão, as mulheres teresinenses, em particular aquelas das famílias que tinham melhor condição financeira, recebiam, como complemento à sua formação, alguns rudimentos de leitura, escrita e outros poucos ensinamentos adquiridos em aulas particulares.

Além disso, cabia a mulher o dever de educar os seus filhos e, para isso, ela deveria receber algum tipo de educação para cumprir com o dever primordial de educar os filhos da nação. Sobre esse aspecto, a historiadora Olívia Candeia Rocha (2011, p. 49) destaca que:

A crença na educação como fator de progresso da sociedade e a percepção do papel estratégico da mulher na família foram fatores decisivos para impulsionar o incremento da instrução feminina com a criação de escolas voltadas para o público feminino [...]

Educar crianças será, posteriormente, uma profissão possível para aquelas moças que ainda não haviam se tornado mães, posto que o ato de cuidar e educar é uma característica inata da mulher. Na escola, ela atuaria como uma espécie de segunda mãe (Cardoso, 2002, p. 74)

Escolas voltadas para o público feminino – que, no entanto, eram destinadas as moças da elite – vão surgindo no início do século XX no Piauí. Em Teresina, destacavam-se o Colégio Sagrado Coração de Jesus e em Parnaíba, o Colégio Nossa Senhora das Graças, os dois estabelecimentos privados e voltados para a educação de meninas da elite. Ainda assim, aquilo que era aprendido pelas moças na escola tinha o objetivo de torná-las suficientes e agradáveis para cumprir o seu papel social – deveriam ser intelectuais no sentido de orgulhar sua família, mas não no sentido de perseguir grandes ambições. Nesse sentido, elas aprendiam a leitura, a escrita, aritmética e trabalhos de agulha. Além disso, recebiam menos tempo de educação que os homens, que recebiam instrução para ingressarem no ensino superior. (Rocha, 2011, p. 74)

As primeiras décadas do século XX foram importantes para que as mulheres conseguissem atravessar o muro que limitava o seu caminho. No Piauí, é principalmente a partir da década de 1910, com a criação da Escola Normal em Teresina, que as moças das camadas mais ricas da sociedade piauienses puderam encontrar na educação um futuro possível, um caminho a ser trilhado. (Cardoso, 2002, p. 21) Quando o caminho foi aberto, possibilitou com que aos poucos ele se tornasse mais largo e alcançasse um número maior de mulheres.

À medida que mais mulheres eram alfabetizadas, mais poderiam contribuir e participar socialmente. Nas escolas havia espaço para escrever, representar, dançar, desfilar e se desenvolver. Por mais que a educação feminina se voltasse para o ambiente doméstico e para o dever inato da maternidade, o que foi oferecido foi suficiente para que mais mulheres obtivessem visibilidade, um reconhecimento intelectual, principalmente no que se refere a escrita. Um exemplo é o periódico *A Normalista* (1927), redigido por Rosa Cunha e Zilda Santos (Rocha, 2011, p. 37). Nesse sentido, o ambiente escolar se torna uma ponte importante para a integração da mulher no espaço público e permite que consigam algum tipo de autonomia, tanto a financeira quanto a intelectual e social.

3.1 Ensino primário e secundário em Parnaíba

Antes da instituição do ensino público na cidade de Parnaíba – ou pelo menos em prédios próprios –, obter uma educação de qualidade e em ambiente adequado só era possível nas iniciativas privadas, como no Colégio Nossa Senhora das Graças (1907) em Parnaíba, ou mesmo no Ginásio São Luiz Gonzaga (1937), sendo o primeiro voltado para o público feminino e o segundo para o público masculino. Além destes, na cidade de Parnaíba havia o Grupo Escolar Miranda Osório (1922) e a União Caixeiral (1918) (Mendes. p. 2012, p. 154-160.). Estes estabelecimentos, em sua maioria, estavam voltados para as classes mais abastadas da cidade, portanto não contemplavam a população pobre que, à época, recebia apenas um ensino primário precário, uma vez que inexistiam prédios escolares para recebê-lo.

Diante desse cenário, as crianças de famílias mais pobres recebiam educação formal nas escolas residenciais, que funcionavam nas residências dos professores, podendo ser públicas ou de iniciativa privada. E foi desta forma que o ensino primário funcionou no estado do Piauí durante décadas. O historiador Francisco Iweltman Mendes (2007, p. 57), em seu livro *Parnaíba, educação e sociedade (Da colonização ao fim do Estado Novo)*, aponta alguns dos principais problemas que o ensino primário enfrentava no estado:

No entanto, o ensino primário, em todo o Estado, era o que apresentava maior deficiência e precariedade: escolas funcionando nas residências das professoras, ausência de prédios escolares; alunos tendo de levar suas próprias cadeiras para sentar-se às aulas e baixos salários aos professores.

Durante quase toda a Primeira República o ensino primário no Piauí foi oferecido nas residências dos professores. As escolas residenciais, tanto as públicas como as privadas,

permitiam com que as crianças parnaibanas sem acesso ao ensino primário nas escolas particulares – e que realmente funcionavam em prédios próprios – pudessem ao menos concluí-lo. A colaboradora Sandra Moreira (2024) destaca que seu ensino primário se deu nas escolas residenciais de iniciativa particular:

Eu comecei na Dona Zilda, era uma casa, ela transformou em uma escola, sabe? Era dona Zilda, só lembro desse nome. Carrasca e tudo, ela fez foi me atrapalhar, não tava desenvolvendo [...] Aí a Teté me tirou de lá e me botou na Dona Zezé, que era outra escola. Sabe onde era essa escola? Era onde é o estacionamento do hotel cívico, era maravilhosa, nossa senhora. [...] E a dona Zezé, as professoras dela eram ótimas. Era assim ó: cada sala tinha duas professoras, a gente fazia muito aqueles ditados, era a professora ditando, e se você errasse uma palavra ia para o castigo numa sala atrás e ficava sendo orientado lá, pra fazer aquela palavra. Aí ela era excelente.

Já a colaboradora Rossana Carvalho concluiu o seu ensino primário no Colégio Nossa Senhora das Graças, na cidade de Parnaíba, depois conclui o ginásio – ou ensino secundário – na cidade de Fortaleza, no Ceará, em uma escola também dirigida por freiras. Rossana preferiu dar continuidade nos estudos em outro estado, assim como muitas de suas colegas que também optavam por estudar fora afim de receberem uma formação voltada para o vestibular, visando a entrada no ensino superior, o que se tornava mais fácil longe de Parnaíba, uma vez que a cidade ofertava poucas opções de cursos para as concluintes do ginásio.

Se eu ficasse aqui, ou eu fazia o curso normal... aí eu achava assim “não, se eu fizer o curso normal eu vou ficar só ali na...” eu achava assim que eu ia ficar parada. Eu tinha que procurar algo mais. (...) Na verdade eu não pensei em salário, não foi salário de forma alguma. Veio a oportunidade de eu estudar fora, então naquela época Parnaíba não oferecia assim muitas condições para permanecer aqui em Parnaíba, não tinha muitas opções. E eu estava num círculo de amizades que as minhas amigas estavam todas saindo para estudar fora. Quem tinha oportunidade, quem os pais davam condição, quem os pais apoiavam, não ficava aqui. Ia estudar fora mesmo. E eu fui. (Carvalho, Rossana. 2024)

As pessoas com mais condições financeiras conseguiam enviar os filhos para concluírem os estudos nas capitais, que ofereciam mais oportunidades do que a cidade de Parnaíba poderia oferecer. Percebe-se que o Colégio Nossa Senhora das Graças educava as filhas da elite parnaibana e que muitas seguiam para fora em direção ao curso superior. Nesse momento, o apoio de parentes distantes que poderiam abrigá-las era muito importante, pois diminuía os custos que a vida em outro estado demandava. Além da ajuda na questão financeira, morar perto da família significa uma maior vigilância e distância daquilo que não era permitido às moças na época.

As moças deveriam estar sob observação e vigilância familiar, posto que sair da casa paterna com o propósito de estudar em outras cidades era, para alguns, prática impensável, uma vez que moças de família não podiam se instalar em qualquer lugar,

pois moças respeitáveis deveriam residir em espaços familiares. É válido lembrar que da conservação de suas honras dependia a honra familiar. (Cardoso, 2002, p. 63)

As moças que queriam seguir seus estudos em direção ao ensino superior precisavam escolher os cursos científicos, que ofereciam uma educação mais voltada para o mercado de trabalho, porém poderiam ajudar com os estudos para o vestibular. Foi o que fez a colaboradora Maria Maria, que concluiu o seu ensino secundário no Colégio Estadual Lima Rebelo. O colégio, assim como a Escola Normal, era uma opção para os estudantes os quais os pais não poderiam manter em uma das escolas privadas que funcionavam na cidade.

era Colégio Estadual, Escola Normal, Colégio das irmãs e Caixeiral. Aí a Caixeiral era particular, Colégio das irmãs era tudo muito caro, e Córão. Mas só que assim, o Córão e Visão eles não eram profissionalizantes, preparava para a universidade, que era administração, ciências contábeis, naquela época eram esses os cursos. E a Caixeiral era contábil, né, era a escola técnica de contabilidade, o ensino médio, que era a noite. Aí no período da manhã era o fundamental menor, e o fundamental maior que era o ginásio na época, né. Então era assim... era mais fácil mesmo, quem não tinha condição para pagar a Caixeiral, pro Córão é... Colégio das irmãs, ou ia pra Escola Normal ou ia pro estadual. Eram as duas opções que existiam na época. (Souza, 2024)

A colaboradora Maria Lúcia Souza (2024) também cursou o ensino secundário no Colégio Estadual Lima Rebelo, no entanto, em sua experiência ela não obteve um incentivo para a entrada no ensino superior, tanto por parte da escola quanto por parte de sua família. O seu objetivo ao ingressar no curso científico e, posteriormente, no curso normal, era conseguir um emprego.

E não tinha incentivo assim “ah, mas vocês podem fazer...”, porque nessa época já tinha federal, com esses cursos administrativos, mas aí a gente não tinha incentivo. Não tinha. E do meu pai e da minha mãe também não. Às vezes eu fico pensando, e se eu tivesse ficado lá, o que teria acontecido, né?

Antes de ser estadualizado no ano de 1961, o colégio chamava-se Ginásio Parnaibano – mais direcionado para o público masculino – e foi criado juntamente com a Escola Normal – voltada para o público feminino –, em 1927. A criação dos dois colégios de ensino secundário parte da necessidade realizar uma reforma educacional em Parnaíba. Essa reforma, no entanto, não alcança toda a população (Carvalho, 2013, p. 26). Assim, por mais que tenha sido uma conquista importante para a educação parnaibana, por muitos anos funciona com um caráter elitista.

A situação muda a partir da Lei nº 1892, de 21 de novembro de 1959, quando ambos foram encampados pelo governo estadual e ganharam prédios próprios no bairro Nova Parnaíba. (Mendes, 2012, p. 162-163). A estadualização das escolas possibilitou o acesso da camada mais pobre da população às instituições, o que garantiu que mais mulheres pudessem

cursar um ensino profissionalizante e adentrar no mercado de trabalho, ou mesmo obterem uma chance de ingresso no ensino superior.

A mudança de instalação foi percebida por Sandra Moreira com surpresa e gratidão. Ela aponta a falta de estrutura do prédio anterior no qual a Escola Normal funcionava, que era extremamente precária, o que dificultava a vida das estudantes na época. Moreira (2024) destaca que:

Quando eu entrei, a Escola Normal Francisco Correia ela não começou ali, não. Ela era lá entrando na beira rio. Eu me lembro que quando estava no inverno, lá ficava rodeado de água. Tinha gente que até pescava. Ali era a escola normal Francisco Correia quando ela começou. (A estrutura) não era muito boa, não, mas era dado pra ser uma coisa muito... Desocupa a Escola Normal, aí vai para aquele prédio, aí foi pra lá e eu comecei ali. Foi ali que eu fiz a admissão para o ginásio. Aí quando eu fui eu devia estar no 2º ano do ginásio, não era série, não. Acho que eu deveria estar no 3º ano quando fui pra lá. Aí cheguei lá, ah, minha filha, era muito bom. Cheguei lá tinha quadra de jogar voleibol, aí eu chegava cedo pra jogar voleibol, tinha mesa de ping-pong. Ali era outro mundo, você saía lá do lixão lá, que estava parecendo um lixão, aí chega lá naquele prédio maravilhoso. Era assim organizado, tudo muito... era portão, aqueles corredores. Muito organizado, sabe?

Sandra Moreira relembra com orgulho a admissão para cursar o ginásio na Escola Normal Francisco Correia. Como apontado anteriormente, Sandra preparou-se para o exame na escola da Dona Mazé e contou com todo apoio para a sua aprovação, a qual foi comemorada com muita alegria pela professora “Aí eu passo no terceiro lugar para admissão pro ginásio. Quando ela me viu, ela estava fazendo as unhas, aí saiu correndo pra me abraçar, o doutor Salmão, porque eles ajudavam a se preparar.” (Moreira, 2024)

Os exames de admissão, como o da Escola Normal, buscavam revelar a aptidão intelectual dos alunos para o ensino secundário. Durante muito tempo esta etapa de ensino foi privilégio da camada mais rica da população, ainda mais pelo seu caráter seletivo e, como mencionado, o ensino primário público no Piauí era precário, fazendo com que muitos não conseguissem concluir os estudos. Havia, inclusive, cursos preparatórios para a realização dos exames de admissão (Silva, 2020, p. 86). Os exames de admissão foram exigidos pela Lei 19.890/31, mas ficaram menos criteriosos a partir da Lei de Diretrizes e Bases de 197. (Silva, 2020 apud Reis, 2017, p. 251).

A colaboradora Maria Maria (2024), comenta que o exame para admissão no ensino secundário no Colégio Estadual era quase como fazer um vestibular, tamanha a dificuldade e a importância da aprovação:

Era o melhor colégio do mundo, todo mundo queria ir pro Colégio Estadual. Era uma escola boa. E faziam teste na época para o Colégio Estadual, era difícil. Era igual um vestibular. E era gente que tinha condições mesmo para ir pro estadual, porque na época só tinha o estadual, a Escola Normal, o Diocesano, que era São Luiz Gonzaga, mas era só para homem, e o Colégio das irmãs. Aí tinha a Escola normal e a Estadual que eram do governo. Eram escolas boas, professores comprometidos.

O ensino primário no interior do estado encontrava-se num estado ainda mais precário e carente de professores qualificados. A colaboradora Lúcia Maria conta que a sua cidade natal, Bom Princípio, não oferecia o ensino secundário, uma vez que ele só era ofertado na cidade mais próxima, Parnaíba. Lúcia Maria (2024) destaca que na época era difícil que meninas como ela prosseguissem os estudos, uma vez que a falta de acesso implicava em uma mudança para outra cidade, o que muitas famílias não permitiam. Precisou contar com o apoio de uma tia que residia em Parnaíba para que continuasse os estudos, caso contrário teria parado no 4º ano do ensino primário.

Eu nasci numa cidade próxima aqui, Bom Princípio, e meu primário todo foi lá. Assim, o professor lá era aquela criatura que terminava o 4º ano, que na época era 4º ano, né. Aí arrumava o QI, né, e ia dar aula. Então é foi indo o meu primário todinho, eu terminei o 4º ano, aí não tinha... parou lá, né. As pessoas que podiam, saiam, né. Mas meu pai não gostava, ele era assim bem... não tinha essa história de sair de casa. Principalmente mulher naquela época. Mas aí tinha uma tia que era madrinha e como ela não tinha filho, ela tinha um apego com a gente. Ela conseguiu com meu pai, eu e meu irmão, aí a gente veio para a casa dela. [...] Aí fiquei, né, era o ensino fundamental que na época a gente chamava de ginásio, né. Foi no Epaminondas, era período, naquela época era período. Era o nono período, o décimo período... aí eu estudei lá os primeiros anos, uns dois anos, eu acho. Aí depois eu fui pro Polivalente, eu concluí o ginásio lá no Polivalente. [...] Aí depois eu fui para o colégio Estadual, estudar no colégio Estadual técnica em administração de empresa.¹⁰

O ensino secundário nesse contexto ainda era um ambiente privilegiado. Os exames de admissão ao ginásio nas escolas públicas eram concorridos e, por isso, necessitavam de muita preparação. Nesse sentido, os estudantes que advinham das precárias instituições de ensino primário, principalmente quando se trata do interior do município e do estado, acabavam sendo prejudicados e muitos não conseguiam ingressar no ensino secundário, terminando seus estudos nessa etapa, assim como a colaboradora Lúcia Maria afirma sobre a situação vivenciada em sua cidade (Cardoso, 2002, p. 30). Ademais, o ensino secundário particular para a camada mais pobre da população não era uma realidade possível, uma vez que dificilmente conseguiam arcar com a mensalidade das escolas.

A colaboradora Sandra Moreira, além do curso normal, também fez o curso científico no Colégio Estadual. Para esse feito, ela estudava o dia inteiro e, à noite, ia para o curso científico de física e química. As razões para Sandra ter escolhido fazer os dois cursos ao mesmo tempo foi que no primeiro ela conseguiria uma profissão e, no segundo, ela poderia ter um momento de socialização, longe da vigilância da família:

¹⁰ A expressão “QI”, de acordo com Ana Lúcia, significa “quem indica”, fazendo referência às pessoas que conseguiam empregos a partir de indicações feitas por conhecidos.

Olha só, fazia física, química, a noite na estadual, mas eu não ia pra estudar, eu ia mais pra passear. Saía de noite, papai era rigoroso, e lá cheio de homem no estadual, né... Ora, estudando química, física, e eu tirava 10. Eu acho que era o professor que estava me passando (risadas). Os professores tudo novo, bonito, que vinham de fora... e aí a gente só lá para bagunçar mesmo, não serviu pra nada o científico. Pra mim não serviu nada. Só foi mesmo passear, de noite... como que eu ia sair de noite? Estudando... ô menina esforçada! De manhã, de tarde, de noite. Vai pro tirocinho, vai pro estadual, ô... mas lá é que é, lá é lazer. Lá eu lavo a alma, porque um monte de gato lá, mexe com um, mexe com outro e tudo, e era bom naquele estadual. Aí depois também virou bagunça, o professor Alexandre saiu, virou bagunça (Moreira, 2024.).

Dessa forma, podemos compreender o espaço de educação não só como forma de emancipação financeira e formação profissional, mas de socialização e vivência de experiências as quais as moças não poderiam ter diante do controle familiar. Afinal de contas, se tratavam de jovens que começavam a florescer longe do ambiente privado, alcançando o espaço público e as experiências agregadas a ele. Rocha (2011, p. 69) também defende a educação como um fator de amadurecimento intelectual, conferindo às mulheres um autorramento discursivo e um reconhecimento intelectual. Elas obtinham a oportunidade de escapar do controle familiar que existia até mesmo sobre as suas leituras. As moças passam a ter experiências que antes eram permitidas apenas aos homens, mas que começam a se descortinar para elas, principalmente quando era possível a convivência em espaços mistos.

Ademais, como destaca a historiadora Elizangela Cardoso (2002), o curso normal era visto como o tipo de formação ideal para as moças. Com essa formação, elas poderiam facilmente ingressar no magistério, que é uma profissão que foi feminilizada e própria para as moças solteiras enquanto elas aguardavam o matrimônio, “pois, na visão de muitos, o normal era um “curso espera marido”, formador de ‘moças de fino trato’.” (p.45). Assim, todos esses fatores juntos tornam o magistério uma profissão possível para as moças.

3.2 Escola Normal: o magistério como uma profissão possível

Diante da exclusão e da falta de oportunidades no estado, muitas moças escolhiam o curso normal. A Escola Normal, criada primeiramente em Teresina e, em 1927, em Parnaíba, foram as opções encontradas por muitas mulheres de classe média e classe média baixa, que, sem a possibilidade de ingressar no ensino superior, enxergavam-na como a oportunidade de se profissionalizarem. No entanto, nas primeiras décadas do século XX, o magistério ainda era enxergado quase como uma extensão assalariada da maternidade. É só a partir da década de 1970, com as reformas feitas durante a ditadura militar, é que o magistério feminino vai sendo

cada vez mais enxergado como uma profissão, e não apenas extensão do dever materno (Carvalho, 2013, p. 30).

As colaboradoras que cursaram o ensino normal destacam que a escolha por ele se deu em grande parte devida à facilidade do mercado de trabalho, que entre as décadas 1970 e 1980 ainda apresentava uma carência de profissionais. Em suas memórias, Sandra Moreira conta sobre uma de suas motivações para a sua escolha pelo curso normal:

eu vou fazer mesmo é pra professora, vou para a escola normal. Se eu fosse para outra escola, eu ia ter que fazer outros cursos, para poder fazer. Aí eu ia fazer o que para trabalhar? Era mais difícil. A gente tinha que pensar também em trabalhar, né? Aí você começa a sentir vontade de ganhar dinheiro. E eu quero logo é isso, eu acabo e já vou, faço concurso e era assim, eu faço concurso e passo, e pronto. Eu não ia com pessimismo, não. Dizia logo que ia passar. Eu queria tanto ganhar dinheiro [...] (Moreira, 2024).

Percebe-se, então, que a motivação financeira influenciava na escolha. Naquele momento, a possibilidade de garantir a sua independência financeira passa a ser mais urgente. Sandra Moreira, inclusive, buscava ganhar dinheiro trabalhando como manicure em sua própria casa, escondida de seu pai, que a incentivava apenas a estudar. No entanto, a vontade de poder ser capaz de suprir as próprias necessidades, além dos custos necessários para as atividades na Escola Normal, torna-se mais importante.

Aquele dinheiro ali eu comprava era muita coisa. E ele nunca deixou faltar nada de material para a escola, nada, porque você sabe que curso normal a gente gasta muito, muito material. É tudo mostrando, cartolina, esses negócios assim, você gastava era no balde, esses papéis, aqueles outros papéis coloridos que você prega coisa, coisinha para puxar, mostrar, patinho, não sei que, patinho mais um patinho... gastava. E quando a gente ia trabalhar gastava muito também organizando sala. (Moreira, 2024)

O curso normal oferecia às moças a possibilidade de conseguir algo certo. Naquele momento existia também o curso científico, como o do colégio Estadual, que ficava próximo ao prédio da Escola Normal Francisco Correia. No entanto, a partir das memórias de Lúcia Maria, podemos perceber que a escolha pelo curso científico nem sempre apresentava vantagem:

Aí no terceiro ano eles sugeriram que a gente fizesse estágio, e o próprio coordenador ele foi procurar. Na cidade de Parnaíba ninguém quis os alunos dele pra estágio, era três meses o estágio, grátis, né. Você sabe que na época, não sei hoje, mas o estagiário não tinha nem um abono, nada. Ninguém aceitou, as lojas nem as pequenas, nem escritório de contabilidade, nada. Ninguém quis. Aí ele voltou e aí ele chegou triste lá no curso, no colégio, e falou, né, que a gente ia concluir sem ver essa parte lá. Então era só com o que a gente tinha adquirido na sala de aula, né. Aí você imagina, você termina o terceiro ano num curso que nem para trabalhar de graça você tinha área, né. O que é que te restava, então? Aí eu fiquei pensando assim, sabe? Que eu não fiz nada, três anos perdidos, então eu vou para a escola normal (Souza, 2024).

A partir da sua decepção com o curso científico e a falta de oportunidades no mercado de trabalho, Lúcia Maria decide se voltar para o magistério. Logo, o curso normal acabava se tornando uma das únicas – senão a única – possibilidade de conseguir um emprego. A oportunidade era ainda mais importante para mulheres das classes menos abastadas da cidade, que através da Escola Normal conseguiam um meio de se sustentar. Além disso, o magistério era cada vez mais visto como uma profissão digna e respeitada perante a sociedade, possibilitando também um certo status social (Carvalho, 2013, p. 32-33).

O salário de professora, no entanto, não era motivação para a colaboradora Maria Maria. Para ela, ser professora normalista não estava em seus planos, pois observava as dificuldades que sua tia, que era professora, precisava enfrentar devido à baixa remuneração. Contudo, ela não deixa de reconhecer a qualidade da formação na Escola Normal.

Não, eu nunca fiz escola normal. Não sei porquê. Nunca pensei, de jeito nenhum. A minha tia não tinha condição de se manter, por isso que eu dizia assim. Ganhava pouco. Na Escola Normal você aprendia mesmo! Os professores que passaram nessa Escola Normal não tiveram dificuldade em estar na sala de aula. Era prática mesmo, foi uma escola boa. (Maria, 2024)

A remuneração recebida pelas professoras normalistas, que atuavam no ensino primário, era consideravelmente baixa. Por muito tempo, a justificativa para o salário era a de que o magistério seria uma função secundária na vida das professoras. Isso, para Louro (2004, p. 379) “Com certeza não se considerava as situações em que o salário das mulheres era fonte de renda indispensável para a manutenção das despesas domésticas.”. No entanto, é inegável que mesmo reduzido, o salário era um estímulo enorme para as jovens normalistas. A Escola Normal possibilitava a saída do ambiente doméstico para o espaço público, assim como também uma independência intelectual e um status social mais elevado, diante da importância da formação. Contudo, o ensino normal aos poucos vai deixando de ser a preferência e cada vez mais mulheres apostam no ensino superior para conquistarem uma profissão possível.

4. A ENTRADA DA MULHER PARNAIBANA NO ENSINO SUPERIOR

No ensino superior, nota-se que a mulher foi indesejável por muito tempo. O final do século XIX e início do século XX marcam o processo que permite que a educação feminina ganhe um valor positivo e assim mais mulheres alcançam o ensino secundário. No entanto, a universidade ainda permanece como um espaço intelectual voltado para o público masculino e a ambição de uma mulher com formação superior ainda parecia distante e difícil (Perrot, 2006, p. 94). É só a partir de 1950 que o ingresso de mulheres acontece de forma maciça nas universidades e, no Piauí, principalmente a partir da década de 1970, ao passo que o ensino superior passa a se institucionalizar no estado (Cardoso, 2002, p. 12). Dessa forma, de antes indesejada, a mulher passa aos poucos a fazer presença no ambiente acadêmico.

Com a inserção da mulher nas universidades, torna-se possível a alteração não só de seus destinos, mas da sua história. É na década de 60 que o movimento feminista busca reivindicar uma história que desse conta do protagonismo feminino, uma vez que a história também poderia ser composta por heroínas, mulheres que participaram ativamente de contextos históricos e de suas transformações. Há então o advento da história das mulheres na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos (Perrot, 2006, p. 19). Nesse sentido, o campo inicia-se com um aspecto altamente político, e não que tenha deixado de ser em algum momento, mas no final da década de 1970 a história das mulheres se volta para a documentação de todos os aspectos da vivência feminina (Scott, 1992, p. 64).

A primeira dificuldade encontrada para a escrita da história das mulheres foi a escassez de fontes disponíveis para o estudo. Era difícil a tarefa de ignorar aquilo que era imposto, e todos esses discursos que qualificavam a mulher como seres sem razão, sem intelectualidade, sendo dotadas apenas de sentimento e sensibilidade, geralmente eram internalizados por elas (Perrot, 2006, p. 17). O que elas escreviam e pensavam estava também preso ao espaço privado que precisaram construir para si. É daí que vem a dificuldade da história em encontrar fontes que retratem a vida dessa mulher que por muito tempo foi privada da escrita e do espaço público. Nesse sentido, Perrot (2006, p. 22) argumenta que a falta de fontes se deve também ao fato de que:

Ocorre igualmente uma autodestruição da memória feminina. Convencida de sua insignificância, estendendo à sua vida passada o sentimento de pudor que lhes havia sido inculcado, muitas mulheres, no caso de sua existência, destruíram – ou destroem – seus papéis sociais. Queimar papéis, na intimidade do quarto, é um gesto clássico da mulher idosa.

Mesmo quando as mulheres passaram a receber uma educação formal de primeiras letras, o que elas escreviam ou o que elas pensavam não era levado em consideração, constantemente consideradas intelectualmente inferiores aos homens. Quando elas alcançam um nível superior de educação, adentrando no ambiente acadêmico e nos cursos profissionalizantes, a desigualdade de gênero não diminui, muito pelo contrário, há uma constante luta para serem vistas nesse ambiente como intelectualmente capazes e como verdadeiras produtoras de conhecimento científico em espaços onde as oportunidades para as mulheres diferiam consideravelmente das oferecidas aos homens (Scott, 1992, p. 69). Um título, no fim das contas, não era garantia de sucesso profissional, uma vez que as instituições se organizavam hierarquicamente, e ser mulher ainda era um atestado de inferioridade ou incapacidade.

No entanto, a presença feminina no mundo acadêmico contribui para o campo à medida que é através dessa luta que a mulher passa a ser vista e participa ativamente do espaço público, mesmo que essa transição tenha acontecido de forma lenta e gradual. A reivindicação por uma história que compreenda a presença feminina na transformação da sociedade, assim como as suas contribuições e suas ideias, foi importante para que se entendesse que a história “universal” era, na verdade, a história dos homens. Não havia ali espaço para a mulher em sua integralidade, apenas partes soltas que não obtinham eco, pois não eram consideradas importantes. É relevante destacar que a vontade de desenvolver a história das mulheres foi vista inicialmente como uma “ideologia contaminadora”, diferente da história tradicional escrita pelos homens que era “imparcial” e destituída de ideologias (Scott, 1992, p. 80).

Com o advento da história social e a interdisciplinaridade com a antropologia e a sociologia, a história das mulheres passa a receber mais atenção e a mulher torna-se um sujeito digno de análise. Este movimento contribuiu também para a busca por uma identidade feminina, uma vez que foi sendo desenvolvida a separação das categorias “mulher” e “homem” para muito além da hierarquia defendida pelo patriarcado, colocando em destaque as diferenças e, para a historiadora norte-americana Jean Scott (1992, p. 83):

A história das mulheres passou menos tempo documentando a vitimização das mulheres e mais tempo afirmando a distinção da “cultura das mulheres”, criando assim uma tradição histórica a que as feministas poderiam apelar, com os exemplos de atividade das mulheres, para provar sua capacidade de fazer história.

Não obstante, a integração das mulheres e do campo ainda era uma tarefa árdua a ser realizada. O termo “gênero” entra em discussão e é utilizado para teorizar sobre a diferença

sexual entre homens e mulheres. Esse conceito foi estendido com o decorrer do tempo para explicar também as diferenças existentes dentro das diferenças. Estas estavam presentes em outras características como classe, cultura, cor, sexualidade, religião e etnia (Scott, 1992, p. 87). Dessa forma, o ser mulher não contava com um único tipo de experiência e a história precisava incluir suas diversas categorias. O campo da história das mulheres, assim, não poderia ser homogêneo. Portanto, é nessa complexidade que se encontra o perigo de uma história das mulheres, porque ela vem a modificar aquilo que estava estabelecido como neutro e universal. Jean Scott (1992, p. 90) aponta perfeitamente que:

[...] as mulheres não podem ser adicionadas sem uma remodelação fundamental dos termos, padrões e suposições daquilo que passou para a história objetiva, neutra e universal no passado, porque essa visão da história incluía em sua própria definição de si mesma a exclusão das mulheres.

A presença das mulheres no mundo acadêmico não altera somente a escrita da história, mas o destino que muitos julgavam ser natural às mulheres. Nesse sentido, a educação formal, desde o início da vida escolar até a entrada no ensino superior, era a chance que muitas mulheres obtiveram para escapar de um futuro definido: o casamento e a maternidade. Não que as três coisas – educação, casamento e maternidade – não pudessem caminhar juntas, e nem que deixaram de ser impostas, mas é justamente o fato destas opções estarem abertas e a livre escolha delas. Como salienta Cardoso (2002, p. 19):

[...] as mulheres que estavam investindo no ensino superior, entre as décadas de 1950 e 1970, vinham ampliando a presença no espaço público e que esta mudança desacomodava o território existencial feminino construído a partir do casamento e da maternidade, na medida em que essas mulheres passavam a desenvolver projetos pessoais voltados para a esfera pública.

A partir do final dos anos 50 a presença feminina nos cursos universitários se torna bem mais perceptível. No Piauí, faculdades e universidades vão sendo criadas entre 1960 e 1970, ampliando a oportunidade para as jovens piauienses que não poderiam sair do estado para conseguir ingressar no ensino superior (Cardoso, 2002, p. 12). Nesse sentido, é só a partir do século XX que podemos observar a presença feminina nesse espaço, antes tão marcadamente masculino. No entanto, o espaço acadêmico não deixa de ser privilegiado, uma vez que a educação das moças continuava direcionando-se para o ambiente doméstico ou para o magistério primário (Cardoso, 2002, p. 29).

Embora possamos perceber o espaço acadêmico aberto para as mulheres a partir da década de 70, ele não se torna menos privilegiado. Como afirma Cardoso (2002), a educação superior se torna um investimento positivo e uma expectativa para as moças das classes mais

abastadas da sociedade piauiense, sendo também um símbolo de distinção social. Assim, a universidade se torna um ambiente privilegiado e o acesso da camada mais pobre da população continua restrito por mais um tempo, haja vista que se manter nesse espaço poderia ser um desafio para aquelas que não contavam com apoio financeiro.

4.1 E tudo começa pelo vestibular

Para aqueles que sonhavam com a entrada no ensino superior, o primeiro desafio encontrava-se no vestibular. Na cidade de Parnaíba, o vestibular se tornou mais acessível a partir da criação do campus da UFPI, o CMRV, mas já era realizado para o curso de Administração desde 1969. Com a criação do campus, novos cursos vão sendo criados e as oportunidades para os jovens parnaibanos aumentam, uma vez que não precisariam se deslocar para Teresina ou para outro estado a fim de cursarem o ensino superior. Nesse sentido, a universidade que antes era um lugar extremamente privilegiado e, principalmente, masculino, aos poucos passa a receber outro tipo de público, em especial o feminino, e o ensino superior público começa a se democratizar.

Dados do censo realizado pelo IBGE em 1970 (p. 39) apontam a disparidade de acesso entre homens e mulheres no ensino superior. No estado do Piauí, de acordo com o censo, 24,53% dos concluintes do ensino superior eram mulheres. A título de comparação, Cardoso (2002, p. 94) apresenta o percentual de mulheres que haviam concluído o ensino superior em 1950 e 1970:

Em 1950, conforme dados censitários, pode-se dizer que a presença feminina, no Piauí, correspondia a 4,23% do total de pessoas que haviam concluído algum curso superior, enquanto que, em 1970, esse percentual passa a ser de 24,53%, já durante a década de 1970, a presença feminina na UFPI perfez mais de 45% do total de alunos ingressos.

Portanto, pode-se dizer que a UFPI, a partir da década de 1970, possibilitou a entrada de um maior contingente feminino no ensino superior no estado. Anteriormente a criação da UFPI já havia cursos superiores no Piauí, como a Faculdade de Odontologia, a Faculdade de Direito e entre outras. No entanto, estas apresentavam um público masculino substancialmente maior e, além disso, não eram acessíveis a população mais pobre. Outra opção seria cursar o ensino superior em outros estados, o que somente era possível para aqueles que contavam com apoio financeiro. Além disso, eram poucos os pais que permitiam que suas filhas ficassem distantes de sua vigilância. Todos estes fatores contribuíam para a menor presença feminina

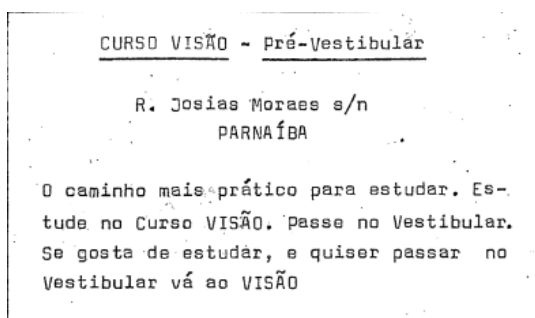
nos cursos superiores. Maria (2024) foi uma das jovens parnaibanas que não conseguiram seguir o curso dos sonhos pela falta de oportunidade financeira:

Quando eu estudava, eu queria fazer odontologia. Achava lindo quando a pessoa dizia assim “eu estou fazendo faculdade”, mas eu não tinha condição. (o vestibular) era todas as matérias, eram quatro dias. Era domingo, segunda, terça e quarta. Quatro dias de vestibular. O último dia era uma redação, era português e redação. Aí você escolhia ou inglês ou francês, tinha só duas matérias. Era desse jeito. Era difícil, mas não foi impossível. Eu fiz três anos de cursinho e no outro ano passei no vestibular.

A partir da década de 70 a situação muda, no entanto, os obstáculos ainda existiam e talvez o maior deles fosse a aprovação no vestibular. Através do relato acima podemos perceber a complexidade da prova para o ingresso no ensino superior. A colaboradora Maria Maria foi aprovada para o curso de Ciências Contábeis na Universidade Federal do Piauí, campus Ministro Reis Velloso. Maria não tinha a expectativa de conseguir adentrar no ensino superior, pois com muita dificuldade financeira conseguiu concluir o ensino secundário no Colégio Estadual. Quando termina, Maria não pretendia prestar o vestibular, mas a partir de uma ajuda o seu sonho começa a se tornar possível:

aí o Xildes, do Visão, disse “Maria Maria...” ele me chamava de Maria Maria “... tu não vais estudar mais não?”, eu disse assim “vou não”, aí ele “por que?”, “porque eu teria que pagar o cursinho”. Aí ele foi e disse assim “pois vai lá falar comigo”. [...] Aí eu fui falar com ele, “o que é que tu queres comigo?”, “eu quero que você me ajude”, ele me disse, “como, Xildes?”, “estudando.”. Eu era uma boa aluna, eu era demais. Aí eu fui fazer o cursinho, né, graças a Deus, passei.

Figura 1: Anúncio de um curso pré-vestibular veiculado no Jornal Inovação, ano 1980.



Fonte: Jornal Inovação, 1980, nº 29, p. 2.

Maria Maria sempre foi muito dedicada aos estudos e por esta dedicação conseguiu ser aprovada no vestibular. O apoio da mãe e daqueles que acreditaram no seu sucesso foi essencial. Maria conta com muita emoção sobre o dia que descobriu que havia sido aprovada na UFPI. A aprovação era anunciada na rádio e, após muita espera e ansiedade, finalmente pode festejar:

Aí nunca me esqueci, no dia 20 de janeiro de 82. Aí todo mundo ia pro João Peres, que era festejo do João Peres, São Sebastião. Aí minha mãe foi e disse assim, “ô meu

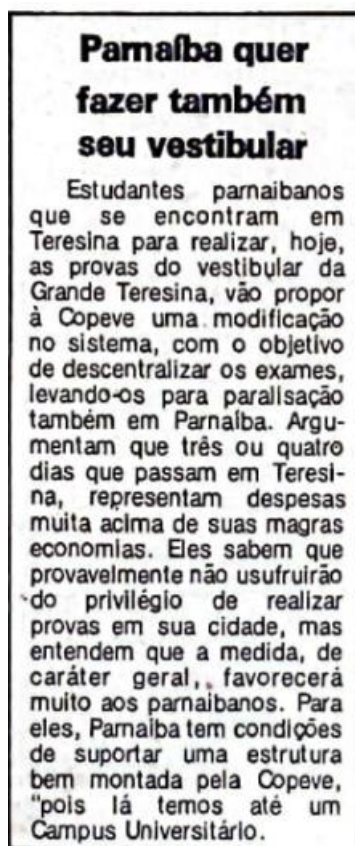
Deus, o tanto que eu rezei e minha filha não passou no vestibular...”, aí todo mundo ia pro João Peres, as minhas irmãs. Aí elas “vamos?”, “vou não.”. Aí quando foi de noite, ele chegou aqui em casa, o Xildes, “Maria Maria, você passou!” e eu disse “passei não.”, “passou!”, aí estava lá o meu nome. Minha gente, foi a maior alegria do mundo! E minha mãe chorando, todo mundo... foi muito bom, foi maravilhoso. Eu só tenho que agradecer. (Maria, 2024)

A felicidade e orgulho pela aprovação se ampliava porque, para a realidade de Maria, uma jovem pobre e da periferia de Parnaíba, entrar no ensino superior era como ganhar na loteria. Sua mãe, que a criou sozinha, era lavadeira e trabalhava muito para manter Maria e suas irmãs na escola. Em troca, Maria se dedicava nos estudos e então alcança a tão sonhada aprovação, que no fim das contas não era só dela, mas de toda a sua família.

E ela incentivou muito a gente, porque na nossa família, a gente era muito pobre e ela queria que a gente um dia tivesse alguma coisa na vida. Mas foi difícil. Eu fazia faculdade, e eu fiz ciências contábeis porque na época que eu fiz faculdade, a nossa faculdade aqui, a UFPI, só tinha administração de empresas, ciências contábeis e economia. Só tinha esses três cursos, e o que eu achei melhor foi ciências contábeis. Se eu tivesse feito para medicina, eu tinha passado. Eu fiz 180 pontos e o candidato padrão fez 200. Eu fiz ciências contábeis porque justamente era aqui na cidade, a minha mãe não podia mandar eu para Teresina, porque tinha em Teresina. Mas se eu tivesse feito, eu teria passado para medicina. E, assim, ela sempre me incentivando, incentivando pra eu estudar, porque ela dizia assim para nós que *a única herança que ela poderia deixar para nós era os estudos*. (Maria, 2024, grifo nosso)

O curso de Ciências Contábeis foi a realização de um grande sonho para Maria, mas a escolha pelo curso se deu apenas pela diminuta quantidade de opções existentes em Parnaíba. Maria tinha uma pontuação que a permitiria cursar medicina, ou o seu curso dos sonhos, odontologia. No entanto, as condições financeiras a afastavam destes cursos porque só poderiam ser feitos se saísse da cidade, e isto ela não poderia fazer. Muitos outros estudantes parnaibanos como Maria enfrentavam o mesmo problema. Em uma edição de 1979 do jornal O Dia, de Teresina, observamos a reivindicação de estudantes para que o vestibular para os cursos de Teresina também acontecesse em Parnaíba. A medida beneficiaria os estudantes que não tinham a condição de prestar o vestibular na capital, pois ele ocorria com a duração de quatro dias e, logo, haveria muitos custos para os vestibulandos advindos de outras cidades. Dessa forma, se não contassem com algum apoio, precisavam dispor de hospedagem e outras despesas essenciais e isso durante quatro dias acabava pesando no bolso dos vestibulandos, além de impossibilitar aqueles que não poderiam se deslocar até a capital de fazer o vestibular para os cursos lá existentes.

Figura 2: Reinvidicação de estudantes parnaibanos para a realização do vestibular na cidade. Coluna do Jornal O Dia, edição de 1979.



Fonte: Jornal O Dia, 1979.

Para os que dispunham de condições financeiras, prestar o vestibular em outra cidade era uma opção diante da escassa variedade de cursos em Parnaíba. Nesse sentido, as oportunidades foram diferentes para a colaboradora Rossana Silva. Filha de pais professores, ela contou com o apoio da família para cursar Letras Português na Universidade Estadual do Ceará. Silva (2024) destaca que o pequeno leque de opções disponíveis em Parnaíba não a agradava e, por isso, agarrou a oportunidade e decidiu sair do estado:

E aqui o que era que a gente observava, tinha o curso normal, né, e também não havia licenciatura aqui ainda. O que havia era a federal, com o curso de administração, de economia... e não me interessava. Eu queria ou psicologia ou letras. E aí eu fui para Fortaleza e passei na UECE, Universidade Estadual do Ceará, e fiz o curso de letras lá em Fortaleza.

Passar em uma universidade pública era a realização de um sonho para Rossana. Ela se preparou para o vestibular também na cidade de Fortaleza e, assim que concluiu o ensino secundário, já havia sido aprovada para cursar o ensino superior. Rossana, diferentemente de Maria, sempre contou com a expectativa e o apoio para alcançar à universidade, sua trajetória

escolar em colégios particulares a capacitou para sair do segundo grau diretamente para o terceiro:

na época passar no vestibular, a sensação que nós tínhamos nem se compara com a de hoje. Era sair o nosso nome no jornal, era ouvir o nosso nome no rádio, [...] eles não têm mais aquele prazer que eu tive, de ouvir meu nome no rádio... Eu estava em Fortaleza, né, ouvi meu nome no rádio, saiu meu nome no jornal, até pouco tempo acho que ainda tenho guardado o jornal com o meu nome, né. [...] Então, de uma faculdade pública que eu fiz, né, a UECE, foi uma vitória para mim.

A aprovação de Rossana também foi festejada pela sua família. Para os pais que eram professores, ver a filha seguindo a mesma profissão com certeza era motivo de orgulho. No entanto, havia uma certa expectativa para as filhas das famílias mais abastadas para seguirem nos cursos superiores que eram garantia de um certo status social, como Direito e Medicina, por exemplo. Assim, quando sai a notícia de que Rossana havia sido aprovada para o curso de Letras em Fortaleza, algumas pessoas do seu convívio comentavam da aprovação com um certo desdém, como ela conta:

Aí quando diziam “ah, passou pra que? Passou para Letras?”, aí a outra passou para Direito... a gente percebia que a reação das pessoas para quem passou para Direito era muito diferente de quem passou para Letras. “Ah, vai ser professora, sofredora...” eu ouvi muito isso. “Vai sair daqui de Parnaíba pra ser professora? Pra estudar para ser professora?”, houve muito, de certa forma, uma discriminação, mas a minha família nunca... nunca se abateu com isso. Meu pai fez foi uma festa quando eu passei no vestibular. Algumas pessoas ficavam com aquele desdém, e hoje eu sou muito realizada.

Independente do curso, quebrar essas barreiras que afastavam a mulher do ensino superior – especialmente a mulher pobre – foi um processo extremamente importante para a presença feminina no espaço público. Os dados do censo realizado pelo IBGE (1980, p. 200) apontam que, no estado do Piauí, o percentual de mulheres que haviam concluído o ensino superior era de 39,17% (2.836), um aumento considerável após o último censo.

A presença feminina nos cursos de ensino superior é mais notável no período entre 1970 e 1980 no Piauí. Isto pode ser explicado pela criação da Universidade Federal do Piauí, em 1971, além do CMRV na cidade de Parnaíba, o que acaba viabilizando a progressiva entrada das mulheres no ensino superior no estado. Muitas mulheres de Teresina e Parnaíba puderam ingressar nas universidades, além das estudantes do interior do estado que também puderam acessá-lo mais facilmente.

No entanto, se analisarmos os dados do censo de 1980 referente aos concluintes do ensino secundário no estado, é perceptível um maior índice de conclusão do público feminino. Nesse sentido, embora o percentual de mulheres que concluíram o ensino secundário fosse de

62,5% (27.701), elas ainda eram minoria no ensino superior. O mesmo acontece no censo de 1970, com o percentual de 60,33% (6.114) de mulheres concluintes do ensino secundário (ou ensino médio).

Para uma melhor análise, é preciso considerar a idade dessas mulheres a fim de compreendermos a porcentagem das que estavam em idade compatível – ou aproximada – entre fim do ensino secundário e o vestibular. O censo de 1970 aponta que, do total de concluintes do ensino secundário de idade entre 15 a 19 anos, 63,12% (267) eram mulheres. Entre os concluintes de idade entre 20 a 24 anos, a porcentagem de mulheres era de 60,71% (2.037). A disparidade aumenta no censo de 1980, pois ele nos mostra que dentre os concluintes do ensino secundário de idade entre 15 a 19 anos, 83,1% (1.303) eram mulheres e, dentre os concluintes de idade entre 20 a 24 anos, elas representavam 61,45% (8.048) (IBGE, 1970, p. 39 e IBGE, 1980, p. 199).

Cardoso (2002) indaga sobre o porquê de número cada vez maior de mulheres ingressando no ensino superior e ao mesmo tempo se pergunta o porquê de grande parte das mulheres que concluíam o ensino médio encerrarem ali a sua trajetória. Para entender esse movimento, ela aponta que algumas das explicações se devem às jovens dos setores mais abastados da sociedade estarem cada vez mais investindo no ensino superior, o que as desloca para um território antes predominantemente masculinizado. Ao mesmo tempo, muitas jovens ainda eram preferencialmente direcionadas ao matrimônio e, por isso, não seguiam os estudos a partir do momento em que se casavam. Havia também uma preferência na aplicação de investimento na educação dos filhos, pois os rapazes precisavam desempenhar o seu papel de provedor e, por isso, serem mais qualificados. Nesse sentido, muitos deles podiam se deslocar para as cidades que contavam com cursos superiores ou mesmo para outros estados, preferencialmente para cursar Direito, Engenharia ou Medicina (Cardoso, 2002, p. 44-45). Sobre esse mesmo aspecto, Barroso e Mello (1975) propõem que:

Também é possível que as despesas necessárias à manutenção de um filho fora de casa, que muitas vezes implicam em pesados sacrifícios no orçamento doméstico, sejam mais facilmente aceitas quando se trata de um filho homem - para quem a carreira escolhida e a qualidade da escola são essenciais para a ascensão social - do que para a filha mulher - para quem o curso superior talvez seja encarado como mero complemento à formação geral, ou como "garantia", se eventualmente "precisar trabalhar" (p. 60).

Devo, no entanto, acrescentar o fator social, pois muitas mulheres menos abastadas, como quase aconteceu com a colaboradora Maria Maria, ou como aconteceu com a colaboradora Lúcia Maria, acabavam por terminar sua jornada no ensino médio

profissionalizante, como o curso científico ou o curso normal e, por isso, não adentravam no ensino superior justamente pela necessidade de um ingresso imediato no mercado de trabalho. Então, por mais que houvesse a possibilidade de ingressar nos cursos superiores que já existiam em Parnaíba, isso dependia da aprovação no vestibular, que era excludente à medida que, em regra, mais facilmente aprovava aqueles que contavam com um aprofundamento nos estudos através de cursos preparatórios. Nesse sentido, embora o curso normal estivesse equiparado ao ensino secundário requerido para o ingresso no ensino superior, as disciplinas oferecidas não preparavam devidamente para aquilo cobrado no vestibular.

Figura 3 Histórico escolar de Sandra Moreira em 1974, na Escola Normal Francisco Correia.

CURSO ANTERIOR:			
GINASIAL			
HISTÓRICO ESCOLAR	1º	2º	3º
Português	75,70	78,00	82,50
Matemática	60,00	-	-
H.Brasil e Piauí	91,60	-	-
G.Brasil e Piauí	70,00	-	-
Cienc.Fís.Biológ.	68,50	-	-
Didática Geral	84,10	-	-
H.Cívica	95,00	-	-
O.S.P.B.	-	-	78,50
H.Ling.Pátria	-	83,00	79,00
Met.Matemática	-	73,00	77,50
Met.Ciências	-	-	86,00
Met.Est.Sociais	-	-	82,50
Fund.Biológicos	-	81,00	-
Fund.Psicológicos	-	81,50	90,00
Fund.Sociológicos	-	80,00	-
Fund.Filosóficos	-	-	79,00
Des.Art.Aplicadas	90,00	89,50	-
Práticas Escolares	-	-	80,00
Prática de Ensino	-	88,00	91,50
Música	-	-	-
MÉDIA	79,36	81,75	74,90

Fonte: arquivo pessoal de Sandra Moreira, 2024.

Além disso, havia no ensino secundário público de cursos científicos ou clássicos a predominância de uma camada mais abastada da sociedade. Cardoso (2002) aponta que cada vez mais mulheres preferiam estes cursos ao curso normal, pois eles melhor encaminhavam para o ensino superior. Portanto, cursar o ensino secundário e ter condições financeiras para se manter estudando a fim de alcançar o ensino superior não era algo simples e não era acessível, dificilmente moças das camadas mais pobres poderiam seguir essa trajetória.

A Escola Normal continua por mais tempo sendo uma das únicas opções para aquelas que almejavam uma profissão e algum tipo de independência financeira. Os dados do censo realizado pelo IBGE em 1980 (p. 203) podem colocar esse fato em perspectiva, uma vez que do total de pessoas que concluíram o ensino secundário na Escola Normal, 98,18% (12.403) eram mulheres. A facilidade do mercado de trabalho – como no caso das colaboradoras Sandra Moreira e Ana Lúcia – colocava o curso normal como mais vantajoso e, além disso, os cursos superiores existentes não agradavam tanto. Isto, acrescido com a impossibilidade de

deslocamento para a capital ou outro estado, impossibilitava também o ingresso no ensino superior. Nesse sentido, para Guedes (2008, p. 123):

Essa opção tornava mais difícil seu acesso às universidades, uma vez que o conteúdo exigido nas provas de vestibular baseava-se em disciplinas lecionadas nos chamados ensino secundário científico e ensino secundário clássico, cursados majoritariamente por meninos.

Portanto, o ingresso que só era possibilitado através da obtenção de uma pontuação no vestibular era uma das primeiras dificuldades que precisavam ser enfrentadas. Como observado, por muito tempo a educação da mulher não foi voltada para o ambiente público e muito menos para a universidade. Isto muda progressivamente a partir da década de 1950, e com mais força na década de 1970, mas mesmo assim continua sendo um ambiente desigual. Após o vestibular, o novo desafio seria se manter na universidade e inevitavelmente isso seria mais fácil ou mais difícil dependendo da classe social da nova universitária.

4.2 A entrada no ambiente acadêmico e as condições de permanência

As colaboradoras Maria Maria e Rossana Silva ingressaram no ensino superior nos anos de 1982 e 1983, respectivamente, mas as duas apresentam trajetórias diferentes. Enquanto Rossana entra na graduação de Letras em uma universidade pública do estado do Ceará, Maria é estudante do curso de Ciências Contábeis na Universidade Federal do Piauí. Ambas conquistam o sonho do ensino superior em universidades públicas, o que, naquele contexto, tratava-se de uma grande conquista. A transição de uma escolarização que visava unicamente consolidar os dotes domésticos ou que tendia a uma extensão do “dever materno” para uma educação que poderia se voltar para a obtenção de um diploma de ensino superior nas mais diversas áreas é um processo extremamente importante e, para a socióloga Moema de Castro Guedes (2008, p. 118):

A expansão da escolaridade no Brasil – assim como o aumento do número de vagas oferecidas nas universidades desde a década de 1970 – foi um fenômeno observado em maior intensidade no contingente populacional feminino. Nesse curto período, as mulheres conseguiram reverter um quadro de desigualdade histórica e consolidar uma nova realidade, em que são mais escolarizadas que o contingente masculino.

Esse aspecto pode ser observado nos dados do IBGE apresentados anteriormente, com um número cada vez maior de mulheres alcançando níveis mais altos de formação. Entretanto, é importante analisar se essas mulheres, principalmente aquelas das camadas menos abastadas,

teriam condições suficientes para permanecerem e se formarem – e, para além disso, se teriam perspectivas de sucesso no mercado de trabalho.

A colaboradora Maria Maria conta um pouco da sua experiência como estudante da UFPI no CMRV, na cidade de Parnaíba. Durante toda a sua vida escolar, Maria não teve acesso a livros didáticos e precisava encontrar meios alternativos para estudar os conteúdos. Ao chegar na universidade, se depara com a mesma situação, uma vez que a universidade também não oferecia os livros que seriam trabalhados nas disciplinas:

Assim, lá era... olha, eu ficava assim pensando “meu Deus, como é que a gente vai estudar sem livros?””, a gente não tinha livro e a gente tinha que tirar xerox. Dava a apostila pra gente, “estudem aí”, dava alguma orientação e era isso. Chegava lá, dava o assunto e a gente se virava com as apostilas. A gente formava grupos e nós íamos discutir. Depois a gente ia para a plenária, os simulados que a gente fazia, terminava de todo mundo ler ali e a gente ia discutir o que a gente estudou. E eu vi tudo isso durante os três cursos que eu fiz. Na faculdade você não aprende nada, gente. Você vai aprender na prática.

A questão da didática dos professores da universidade não era um problema observado apenas por Maria. O Jornal Inovação, que nasce na cidade de Parnaíba, oferecia um espaço das suas edições para que tratasse da vida universitária, compartilhando notícias, reivindicações, reclamações e outros aspectos do ambiente acadêmico parnaibano. Na edição nº 38 do ano de 1980, encontramos um texto intitulado “O Retrato da nossa Faculdade”, com autoria de Zefino. O autor denuncia o despreparo dos professores da instituição, uma vez que muitos se tratavam de empresários que não tinham uma formação voltada para o magistério e levavam a docência como um “bico para aumentar os seus ganhos mensais”.

Até o momento, esses professores-empresários nunca publicaram um livro relacionado com a Faculdade e o ensino em mais de dez anos de existência da Faculdade de Administração. Nunca se preocuparam em fazer cursos de pós-graduação em outras cidades onde são encontrados os meios para melhorar os conhecimentos e poder transmitir para os seus alunos. [...] Consta no campus apenas dois professores dedicados exclusivamente ao magistério. (p. 6)

As denúncias do autor vão de encontro com o relato de Maria Maria na medida em que ela vivencia a mesma situação nos outros dois cursos superiores concluídos por ela. A questão do despreparo didático dos professores também é abordada em outras edições do jornal. Dessa forma, Maria Maria e seus colegas precisavam ser autodidatas de alguma maneira para obter algum êxito nas disciplinas. Ademais, a questão da falta de livros é abordada em outros momentos da coluna universitária do Jornal Inovação, como por exemplo no texto da edição de nº 29 (1980, p. 6-8), intitulado “Carente e Abandonado”. Neste texto o autor traz uma lista “das necessidades mais gritantes do Campus Ministro Reis Velloso”, sendo uma delas a biblioteca:

A biblioteca está com um acervo bastante reduzido, não só de livros técnicos especializados, mas de livros que necessariamente os universitários têm necessidade de conhecer pois, contribuirão para que estes possam ter uma formação técnica completa e integral. (p. 6)

Dessa forma, com a falta de livros na biblioteca, os estudantes precisavam pagar pelas xerox dos livros para estudarem. Mas os problemas não paravam por aí, no mesmo texto há várias outras reclamações que versavam sobre a falta de um auditório e de um escritório modelo para as aulas práticas dos cursos de Ciências Contábeis, Economia e Administração, a fim de que este integrasse a universidade com as empresas locais. Por fim, uma das reivindicações era a de um restaurante universitário:

Pesquisa realizada pelo Diretório Acadêmico constatou que aproximadamente 55% dos estudantes do CAMPUS são de cidades do interior e da nossa capital, assim distribuídos: 45% das cidades do interior e 10% da nossa capital. Verifica-se que começa a nascer uma necessidade de uma instalação de Restaurante para os universitários pois os alunos da Região geoeconômica de Parnaíba e Teresina necessitam de uma alimentação mais substancial e custos menores para amenizar as despesas bastante elevadas (custo de vida) que ora enfrentam para poderem conquistar conhecimentos de nível superior. Os alunos de Parnaíba também farão uso do Restaurante, pois grande parte dos alunos saem diretamente do trabalho para assistirem às aulas, vindo muitas vezes sem alimentação, prejudicando desta forma, o rendimento escolar. (Jornal Inovação, 1980, p.8)

Podemos perceber que, embora a conquista do campus tenha sido muito importante para a cidade, até o início da década de 1980 ele ainda não oferecia condições de permanência para os estudantes, principalmente os mais pobres. Assim, estar na universidade se tornava um verdadeiro privilégio. As mudanças só passam a acontecer após diversas reivindicações dos próprios estudantes, através do diretório acadêmico “Três de março”. O diretório tentava manter o espaço acadêmico mais acessível e democrático para todos, como podemos observar nas várias aparições de seus feitos no jornal. Eles inclusive chegaram a pedir pela dispensa do pagamento da taxa de inscrição para os vestibulandos comprovadamente pobres na edição nº 26, do ano de 1980, do Jornal Inovação (p. 4).

Em relação a mobilidade, a colaboradora Maria Maria relata que não encontrou dificuldades para o deslocamento até a universidade, por mais que morasse em um bairro que ficava distante do campus. O motivo disso seria a disponibilidade de um ônibus universitário que buscava os estudantes no centro da cidade, o que facilitava a vida daqueles que eram residentes de Parnaíba:

Eu não tive dificuldade porque era aqui em Parnaíba, a faculdade tinha um ônibus, a nossa faculdade era a noite, a gente pegava o ônibus bem aqui nesse posto, em frente a paz eterna, bem aqui. A gente tinha que pegar 18:30 o ônibus da faculdade. Pra quem morava aqui em Parnaíba era fácil.

Rossana Silva precisou se deslocar para outro estado para que pudesse cursar Letras, curso que até então inexistia em Parnaíba. Sua estadia em Fortaleza e os estudos na Universidade Estadual do Ceará não enfrentaram grandes problemas, uma vez que Rossana morava na residência de uma tia na cidade.

Não, eu não tive dificuldade, porque, assim, eu estava numa universidade pública, a universidade estadual do Ceará, então não havia pagamento de mensalidade. Eu morava na casa da irmã da minha mãe, na casa da minha tia, mas é claro que meus pais ajudavam, eu não ficava lá também sem ajudar, né. Mas é muito diferente de você ir para um apartamento, de você pagar um lugar para morar... porque eu sempre fui muito família, eu não queria ir para um lugar assim... eu preferia morar na casa da minha família, né. E aí graças a Deus deu tudo certo, e não houve essa dificuldade toda para me manter lá em Fortaleza, não. Os gastos não foram gastos que minha família não pudesse cobrir. Até porque o fato de eu estar numa universidade pública, isso aí já foi uma benção, né. E é uma faculdade muito boa.

Uma das poucas dificuldades era certamente a distância da sua família em Parnaíba. Estar na casa de sua tia e em família não amenizavam a falta que o calor de sua casa oferecia e, por isso, sempre que podia, Rossana se deslocava para Parnaíba. Ela conta também que seu único objetivo em Fortaleza era estudar, então não acompanhava devidamente a vida social da universidade. Além disso, Rossana conta que encontrou dificuldades em sua vida acadêmica, pois a universidade contava com ótimos professores e uma formação prática.

Ademais, antes mesmo de se formar, Rossana já atuava em sala de aula. Ela conta que essa experiência prévia durante a formação facilitou e a preparou para a sua entrada no mercado de trabalho depois de formada.

Lá em Fortaleza eu já estava trabalhando antes de me formar, no próprio colégio que eu estudava. Eu comecei a trabalhar ainda fazendo faculdade na chamada 5ª série, na época, que hoje, como tem o 5º ano hoje, seria o 6º ano. E aí quando eu cheguei aqui foi muito fácil, graças a Deus. Era uma raridade aqui na época que eu comecei.

Durante a sua formação, Maria chegou a estagiar na área em um escritório na cidade, mas o estágio não era remunerado. Para se sustentar, ela trabalha em uma farmácia durante o dia. Então, ao passo que a colaboradora Maria reconhece que a sua formação careceu de uma experiência prática, Rossana experencia uma formação prática desde o início do curso. Uma formação que é atrelada às experiências práticas certamente facilitaria mais a entrada dessas mulheres na vida profissional. Nesse sentido, por que uma obteve tanta facilidade em atuar na área de formação depois da faculdade e a outra não? Para compreender esse aspecto é preciso entender, portanto, como a questão de gênero e de classe social estão associados ao espaço acadêmico e, futuramente, ao mercado de trabalho.

4.3 Mas onde estavam as mulheres na universidade?

A entrada das mulheres no ensino superior foi um passo importante, mas a desigualdade ainda era presente na distribuição de gênero dentro dos cursos superiores. Nesse sentido, cabe uma análise sobre esse fator para que percebamos as mudanças e permanências que orientavam o espaço acadêmico entre as décadas de 1970 e 1980, especialmente no Piauí.

A historiadora Jean Scott (1992) defende que a entrada das mulheres no espaço acadêmico não faz com que a desigualdade de gênero desapareça, dado que as oportunidades se diferiam muito. Nesse sentido, por mais que as mulheres tenham obtido credenciais acadêmicas e profissionais, elas não obtiveram todos os direitos que sua qualificação presumia, uma vez que dentro das instituições havia uma estruturação hierárquica que as excluía. Além disso, ainda predominava a imposição de um padrão comportamental para a mulher que tentava direcioná-la para o ambiente doméstico e até mesmo para profissões que conversassem com a sua “aptidão natural”: o cuidado.

Este aspecto pode ser observado se analisarmos os dados do censo demográfico feito pelo IBGE no ano de 1980, década final do nosso recorte, em relação a presença feminina e masculina nas diversas áreas do ensino superior no Piauí. O censo as divide em: ciências biológicas e da saúde; ciências exatas e tecnologias; ciências agrárias; ciências humanas e sociais e letras e artes.

A partir dos dados do censo, observamos que na área de ciências biológicas e da saúde, as mulheres são maioria nos cursos de enfermagem (96,72%) e biologia (81,81%). Em educação física elas representam 40,42%. O curso de medicina é o que menos tem presença feminina, com apenas 18,08%, juntamente com os cursos de odontologia (28,95%) e farmácia (38,13%).

Já na área de ciências exatas e tecnologias, as mulheres são maioria apenas no curso de ciências (72,88%). O curso de física é composto 50% (4) por mulheres, seguido pelo curso de química com 20% (3), matemática com 15,31%, engenharia mecânica e engenharia física com 10,20%, ciências da computação com 9,67% e o curso de engenharia civil com 4,05% de presença feminina. O censo aponta que nos cursos de arquitetura e urbanismo e engenharia elétrica não houve presença feminina. Ademais, na área de ciências agrárias, o curso de agronomia apresenta o percentual de 8,87% e o de medicina veterinária apresenta 4%.

Passando para as ciências humanas e sociais, as mulheres apresentam maioria nos cursos de serviço social (96,35%), história (92,70%), biblioteconomia (85,71%), ciências e estudos sociais (84,43%), pedagogia (80,80%), psicologia (73,17%), geografia (52,17%) e filosofia

(52,04%). Os cursos onde elas não predominam são teologia (5,55%), direito (24%), economia (24,82%), administração (32,67%), comunicação social (35,48%) e ciências contábeis e atuárias (46,52%). Por fim, na área de letras e artes elas são 83,49% e 47,91%, respectivamente.

Os dados acima demonstram que há uma maior presença feminina no curso de pedagogia e nos de licenciatura, como ciências, biologia, história, geografia, letras e artes. Além disso, elas estavam presentes no curso de educação física, que também era voltado para a docência. Como discutido anteriormente, o magistério foi por muito tempo a única profissão possível – pelo menos para uma parte das mulheres – porque ele não distanciava – ao menos enquanto fosse solteira¹¹ – a mulher de sua conhecida aptidão natural de mãe e cuidadora. Nesse sentido, a educação da mulher sempre foi voltada para algo que estava além dela, seja para tornar-se a educadora de seus filhos, seja para tornar-se educadora e formadora dos futuros cidadãos (Louro, p. 373-374).

Logo, além da presença maciça de mulheres que ainda se formavam para o magistério primário na Escola Normal na década de 1980, havia também uma forte presença feminina nos cursos superiores de licenciatura, voltados para o magistério no ensino secundário. Guedes (2008) constata a mesma concentração feminina nos cursos universitários de licenciatura quando analisa os dados referentes ao censo do país como um todo. Barroso e Mello (1975), ao analisarem o acesso da mulher ao ensino superior no Brasil, também constata uma forte presença feminina nos cursos voltados ao magistério entre 1956 e 1971.

[...] é cada vez maior a probabilidade de a aluna de um curso superior estar se preparando para o magistério secundário, pois a proporção de mulheres nessas carreiras tipicamente femininas, que já era bastante grande em 1956, em lugar de diminuir com a expansão da diversificação do ensino superior, pelo contrário, aumentou no decorrer do período estudado. (p. 53)

Para Barroso e Mello (1975), esse aumento da concentração feminina em áreas específicas se deve primeiramente a “feminização” dessas carreiras e, no caso dos cursos voltados para o magistério, apresentam um custo relativamente baixo, o que permite que sejam ofertadas mais vagas. Ademais, ela aponta que houve uma crescente perda de prestígio da profissão docente¹², além da restrição das alternativas possíveis para as mulheres no mercado de trabalho. Todos esses fatores poderiam explicar a preferência das mulheres por estes cursos.

¹¹ Rocha (2011) aponta que por mais que o trabalho feminino no magistério fosse uma profissão digna, havia diversos discursos contrários ao trabalho de mulheres casadas fora do ambiente doméstico, uma vez que a escola a afastaria dos seus cuidados domésticos e dos cuidados com a família. (p. 52)

¹² O magistério secundário se apresentava como uma profissão masculinizada a princípio, no entanto, quando a economia se diversifica, estes homens acabam se direcionando a outras profissões, o que abre espaço para a entrada feminina.

Além da licenciatura, observa-se também uma forte presença feminina nos cursos que contemplam a atenção e o cuidado, como a enfermagem, serviço social e psicologia. O mesmo é observado por Guedes (2008) em relação ao Brasil. Em contrapartida, as mulheres apresentam uma minoria em todos os cursos de ciências exatas e tecnologias, assim como nas ciências agrárias e, em relação as ciências humanas e sociais, elas são minoria nos cursos de direito, economia e teologia. Anteriormente pudemos observar que os rapazes das classes sociais mais abastadas preferiam e até mesmo eram incentivados a prestar vestibular para os cursos de direito e medicina, justamente pelo status social que ambos os cursos poderiam oferecer. Nesse sentido, as duas profissões eram extremamente masculinizadas, e isso pode ser demonstrado pela baixa porcentagem de mulheres nos dois, por mais que fossem os cursos com mais estudantes de todos os outros analisados. Acerca disso, Guedes (2008, p. 4) aponta que:

[...] a educação, entendida em seu sentido mais amplo, desempenha papel fundamental na naturalização dos papéis femininos e masculinos. A idéia de que as meninas teriam mais propensão às artes e à literatura (facilidade nas disciplinas articuladas à sensibilidade e emoção), enquanto os meninos apresentariam mais aptidão nas ciências, devido a sua maior racionalidade, permeia o imaginário coletivo dos espaços escolares. Esse tipo de visão acaba se convertendo em uma espécie de profecia auto-realizável, em que todos os casos ‘desviantes’ não são devidamente estimulados.

Nesse sentido, Barroso e Melo (1975) analisam dados referentes a diferença de desempenho entre meninos e meninas nas disciplinas cobradas pelos vestibulares em algumas capitais como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, além dos vestibulares unificados no Maranhão e no Rio Grande do Sul. O estudo mostra que as meninas tinham um desempenho geral inferior no vestibular, especialmente quando se tratava das áreas de matemática e ciências naturais. As meninas geralmente tinham notas maiores em português e língua estrangeira. Nesse sentido, Guedes (2008) explica que era esperado que os meninos obtivessem maior facilidade nas matérias que exigiam mais “racionalidade” e, ao mesmo tempo, geralmente não havia o incentivo para que as meninas se interessassem pela ciência. Como visto anteriormente, o currículo para a educação feminina se voltava para os saberes domésticos, enquanto os meninos eram educados para alcançarem os níveis mais altos de educação. Esse aspecto deve, em parte, explicar a ausência feminina nessas áreas do ensino superior.

Como demonstrado anteriormente, as mulheres eram maioria no ensino secundário e, logo, deveriam ter mais chances de ingresso no ensino superior. No entanto, os papéis de gênero impostos sobre elas acabava influenciando tanto na escolha de um curso, quanto na escolha sobre não chegar no ensino superior. Por estarem tanto tempo sendo direcionadas a não estarem nesse ambiente e, conseqüentemente, não obterem uma educação voltada para ele, elas

precisam de uma motivação extra para continuarem. Sobre isso, Barroso e Mello (1975) apontam que:

Ora, dada a importância que é atribuída à escola no desenvolvimento intelectual das pessoas, merece maior atenção o fato de que esse dado é contraditório com o desempenho inferior que as moças apresentam no vestibular. É também interessante notar que outras investigações chegaram a resultados semelhantes. Há uma tendência de as diferenças de sexo, quando investigadas na situação escolar, serem favoráveis às mulheres, ao passo que, de modo geral, dá-se o contrário quando o desempenho é avaliado em situações mais padronizadas e impessoais, como em concursos e exames de ingresso. (p. 73)

A colaboradora Maria Maria relembra que sua turma na universidade era composta por algumas mulheres:

No meu curso de ciências contábeis a nossa sala era de trinta e poucos alunos, tinha muitas alunas mesmo. Meninas boas, né. Que eu me lembre, poucas meninas ficaram aqui em Parnaíba, muitas foram embora. Porque era assim, né, fazia faculdade aqui em Parnaíba e ia para Teresina.

Como visto anteriormente, a UFPI só ofertava três cursos em Parnaíba; administração, ciências contábeis e economia. Os dados referentes ao Piauí mostraram que as mulheres não eram uma presença tão forte no curso de economia, mas nos cursos de ciências contábeis e administração elas eram quase metade dos estudantes. Isso pode ser explicado pela pouca variedade de cursos que existiam na cidade, logo restavam poucas opções para aqueles que não poderiam se deslocar para Teresina. Muitas mulheres como Maria precisaram escolher entre um deles, por mais que não fossem o curso dos sonhos. A colaboradora inclusive chegou a cursar administração em sua segunda graduação, alguns anos depois.

A colaboradora Rossana Silva fazia um curso de licenciatura em Letras e, como observado, as mulheres eram a maioria absoluta nos cursos de licenciatura. Assim, a realidade vivenciada por Rossana em Fortaleza não se diferia muito da observada no Piauí:

Tinha bem mais mulheres do que homens. Poucos homens. Aí no meu curso a maioria, vamos dizer assim que quase 90% eram mulheres. Tinha disciplina que só tinha um homem na sala, aí outra disciplina que... tinha essa coisa de pagar disciplina assim, aí tinha dois..., mas nessa faixa. Era uma sala praticamente feminina.

Existiam muitos casos de identificação com o magistério, como foi com Rossana. A colaboradora conta que teve grande influência dos seus pais, assim como seus irmãos que também seguiram o magistério. Além disso, ela queria direcionar a sua formação ao magistério secundário e posteriormente ao ensino superior. Logo, percebe-se que o magistério não era apenas escolhido pela facilidade de entrada no mercado de trabalho, haviam também os casos de identificação com a profissão. No entanto, é observável que na época havia uma crescente feminização do magistério secundário e de outras profissões, como a enfermagem, por exemplo.

Isso pode explicar a quantidade de mulheres presentes nestes cursos, mas também pode explicar o porquê destas profissões terem sido cada vez mais desprestigiadas à medida que mais mulheres as alcançam.

O que se observa de modo geral é que elas se concentram nas carreiras de prestígio e remuneração mais baixas. Em parte, isso ocorre porque elas não escolhem carreiras mais valorizadas socialmente na medida em que não aprenderam a ter aspirações mais ambiciosas. Mas é também possível que as carreiras que se "feminizam" tendam a perder prestígio aos olhos dos candidatos do ensino superior. Touhey (1974) constatou que quando as pessoas são informadas de que a taxa de mulheres numa carreira tende a aumentar significativamente num determinado período futuro, essa carreira perde prestígio e desejabilidade para essas pessoas (Barroso e Mello, 1975, p. 75).

Dessa forma, as mulheres que se formavam para atuar no magistério muitas vezes precisavam enfrentar um sistema educacional deteriorado e sem condições dignas de trabalho, a começar pelo salário. Assim, embora em expansão, a educação não valorizava as profissionais que cada vez mais adentravam na carreira docente. Como pontua Fúlvia Rosenberg (2012), o magistério era visto como uma missão importante, uma vocação, um sacerdócio, mas a valorização retórica daquele ou daquela que se dedica ao ensino não causa impacto na distribuição salarial.

Como observado no caso de Rossana Silva, algumas pessoas criticaram a sua escolha pelo curso de Letras porque acreditavam que o magistério era uma profissão “sofrida”, pouco valorizada, diferente de Direito ou até mesmo psicologia. Percebemos, então, que o magistério realmente foi tornando-se uma profissão desvalorizada com a entrada feminina. Mas é claro que havia uma certa admiração pelo fato dessas mulheres estarem recebendo diplomas e serem professoras formadas, como observamos nos relatos daquelas que se formaram na Escola Normal e na Universidade. Ademais, Rossana conta que ao voltar para Parnaíba não houve dificuldade para que entrasse no mercado de trabalho, nunca lhe faltaram oportunidades. Acrescido ao sobrenome que carregava, ela observou que havia uma carência muito grande de professoras com formação superior na cidade e, assim, as portas se abriam para ela:

Quando eu voltei, assim, foi maravilhoso, porque quase não tinha... praticamente não tinha... tinha eu, a professora Silvana, formada mesmo com licenciatura em letras, licenciatura plena, como era chamado na época, né. Tinha eu e a professora Silvana aqui em Parnaíba, e a professora Luzanira, também. Mas assim, havia muita carência de professor de língua portuguesa com uma licenciatura plena. Aí eu cheguei e foi assim muito bom. As portas estavam todas abertas para mim, né, e também meu pai, a influência da minha família e tudo mais... e o trabalho que eu fui demonstrando no decorrer dos anos, né. (Silva, 2024)

Antes mesmo de se formar Rossana já estava trabalhando na mesma escola em que se formou na cidade de Fortaleza, diferente da colaboradora Maria que, infelizmente, não conseguiu entrar no mercado de trabalho. Mesmo com a sua formação em ciências contábeis,

Maria não conseguiu emprego e também não contava com condição para construir seu próprio escritório:

Aí eu cursei, só que assim, é uma área muito bonita, só que para você montar um escritório... minha mãe não tinha condição. Minha mãe era viúva, e aí ela não... aí encontrei umas amigas [...] eu disse assim [...] “Liliana lá onde você... lá na empresa do seu pai não tem emprego pra mim, não?”, aí ela disse assim: “Mazézinha, olhe, meu irmão vai abrir uma farmácia. Você não quer trabalhar lá com ele, não?”. Ave Maria, pra mim foi assim uma... aí eu disse “eu quero”. Aí passei 18 anos nesta farmácia.

Na farmácia, Maria trabalhava como atendente e este emprego a ajudou depois do fim do curso. Nos anos seguintes Maria faz outras duas graduações e, por fim, acaba migrando para o magistério. Este é apenas um resumo da sua trajetória, embora não entre no nosso recorte, é importante para que entendamos que a docência muitas vezes era realmente o caminho mais “fácil” para integrar-se no mercado de trabalho. Todas as colaboradoras se aposentaram no magistério, exceto Maria e Rossana que ainda exercem a profissão atualmente. Nesse sentido, nas décadas seguintes de 1970 houve uma expansão do mercado de trabalho para o magistério secundário – ou ensino médio – e, assim, muitas mulheres passaram a fazer parte deste mercado (Cardoso, 2002, p. 110).

Outro aspecto importante a ser observado é a quantidade de mulheres que escolheram o curso de ciências (72,88%) nos dados levantados pelo IBGE em 1980. Barroso e Mello (1975) destacam a importância de cada vez mais mulheres estarem escolhendo os cursos de ciências, por mais que grande parte não venha a se tornar cientistas, e sim professoras de ciências. Para autora, essa mudança pode representar mudanças importantes posteriormente, uma vez que essas mulheres atuando nas escolas se tornariam um exemplo para as estudantes que passariam a enxergar a ciência como algo possível para mulheres e não mais como um domínio exclusivo dos homens (p. 56).

Embora a presença feminina em certos cursos ainda não seja expressiva, essa mudança que ocorre a partir da década de 1980 é importante para que elas passem a integrar o quadro dos cursos antes masculinizados e também estarem em carreiras mais diversificadas, não somente profissões consideradas femininas, como o magistério ou a enfermagem. A partir da década de 1980 as mulheres passam a ser maioria no ensino superior e cada vez mais buscam se profissionalizar para o mercado de trabalho que exigia uma melhor qualificação (Rosemberg, 2012, p. 402). À medida que cada vez mais mulheres conquistam o ensino superior ele se torna cada vez mais um lugar possível para elas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente, conclui-se que o período situado entre as décadas de 1970 e 1980 foi de extrema importância para a entrada da mulher no ensino superior no Piauí e também no Brasil. Anterior a esse período, embora já se pudesse enxergar uma presença feminina nos cursos superiores, não era nada comparável ao que acontece no período estudado. É importante destacar a criação da Universidade Federal do Piauí nesse cenário, haja vista que possibilita uma maior democratização do ensino superior no estado.

No entanto, por mais que a criação da Universidade Federal do Piauí – assim como do campus parnaibano – tenha sido um marco importante para uma maior presença feminina no espaço acadêmico, é a mudança que ocorre em relação a educação feminina que permite com que elas consigam enxergar o ensino superior como um espaço possível para elas. Dessa forma, de uma educação que se voltava para os saberes domésticos e ao matrimônio, as mulheres passam a ser instruídas a alcançarem os níveis mais altos de educação e a ingressar no mercado de trabalho exercendo as mais diversas profissões.

É importante destacar o papel da Escola Normal Francisco Correia para a formação profissional de mulheres parnaibanas, o que as permitiu adentrar o espaço público e buscar sua autonomia dentro e fora dele. De forma geral, o magistério torna-se uma profissão feminilizada e isso é perceptível ao analisarmos o número de mulheres formadas nas Escolas Normais piauienses e também o número de mulheres presentes nos cursos superiores voltados para o magistério. As mudanças em relação a educação feminina, mesmo que ainda acompanhada de permanências, permitem que mulheres alcancem progressivamente espaços antes inimagináveis a elas.

Com a criação da universidade, muitos estudantes passam a integrar os cursos oferecidos pela UFPI. No entanto, percebemos que na década de 1980 a universidade, pelo menos no campus parnaibano, não oferecia as melhores condições para permanência desses estudantes. Destacam-se a escassa quantidade de livros na biblioteca, o que dificultava leituras importantes a serem feitas pelos estudantes e, além disso, aumentava os gastos. Além desse, havia o problema da didática dos professores que muitas vezes não tinham uma formação voltada para o magistério e isso prejudicava o aprendizado dos estudantes e limitava aspectos importantes de suas formações. Por fim, a falta de um restaurante universitário também era um fator que

dificultava a permanência dos estudantes de baixa renda. Dessa forma, o espaço acadêmico, embora mais acessível por existir em mais localidades, ainda é privilegiado.

Para as mulheres, ainda é um espaço a ser conquistado. Apesar da presença feminina poder ser enxergada de forma mais substancial a partir da década de 1970 e 1980, ainda prevalece a questão de profissões femininas e profissões masculinas. Dessa forma, os censos realizados pelo IBGE demonstram em números a quantidade de mulheres que se formam para áreas diferentes do magistério, além de profissões que conversam com o cuidado e com o dom que acreditava-se ser feminino.

A pesquisa demonstra que por vezes as mulheres enxergavam o magistério como uma profissão que permitia certa segurança no mercado de trabalho. Por mais que o salário fosse relativamente baixo, a demanda por profissionais crescia e as oportunidades chamavam atenção daquelas que buscavam se inserir no mercado de trabalho. A dificuldade de se inserir nesse espaço quando se optava por profissões consideradas não-femininas era mais difícil no período estudado e, por isso, o magistério torna-se uma profissão possível e viável, principalmente para mulheres com menos condições financeiras.

Nesse sentido, a Escola Normal oferecia para essas jovens a oportunidade de se emanciparem, conquistarem a sua autonomia e adentrarem no mercado de trabalho. Os cursos científicos, embora pudessem “facilitar” a entrada no ensino superior, não ofereciam uma segurança financeira para essas mulheres. Além disso, o vestibular – que dependia de um bom encaminhamento do ensino secundário – selecionava e contribuía para a exclusão, uma vez que o ensino público no estado e na cidade não oferecia todos os conhecimentos necessários para que os estudantes conseguissem uma boa pontuação. Eles permitiam muitas vezes apenas uma formação final para o mercado de trabalho.

No entanto, a profissão começa a se desvalorizar em diversos aspectos e isso era justificado pela crença de que o magistério seria uma profissão que exige um dom, uma profissão que conversa com a construção de mulher na época, o que tentava justificar os salários menores. A mesma coisa com o curso de enfermagem, que também contava com um grande contingente feminino, como demonstrado nos dados do censo.

Observamos que a educação é privilégio e foi usada para que houvesse diferenciação entre as pessoas na sociedade. Foi usada para que houvesse uma diferenciação de gênero também, uma vez que a educação oferecida aos homens era diferente da oferecida para as mulheres.

No entanto, embora esse período tenha sido marcante e a presença feminina na universidade se mostre de maneira mais substancial, percebemos ainda uma desigualdade de

oportunidades. Esta dificuldade se ampara tanto nas construções de gênero, assim como na desigualdade social, uma vez que a condição financeira também delimitava o espaço alcançável naquele momento. Mesmo assim, os lugares que passam a ser ocupados pelas mulheres, principalmente no que se refere a educação, são importantes para que cada vez mais mulheres possam ocupa-los.

REFERÊNCIAS

- ARAKEN, Carlos. *Estórias de uma Parnaíba muito amada*. Parnaíba: Informaster Sistema, 1988.
- BARROSO, Carmen Lúcia de Melo. MELLO, Guiomar Namó de. *O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro*. Belo Horizonte: Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas, 1975. p. 47-77.
- CAMPOS, Francisca das Chagas Lopes. *Campus Ministro Reis Velloso (UFPI): História e Memória*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2010.
- CARDOSO, Elizangela Barbosa. *Múltiplas e singulares: História e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2002.
- CARVALHO, Alexandre Reis de. *A Escola Normal Francisco Correia como instrumento de emancipação de jovens parnaibanos de classes menos favorecidas nas décadas de 1960 a 1980*. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em História). – Universidade Estadual do Piauí. Parnaíba, 2013.
- CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Mulheres Plurais: A Condição Feminina na Primeira República*. Teresina: Edições Bagaço, 2005.
- INÁCIO, Clarissa Betanho. *Estado militar e educação na formação de professores: as iniciativas da Escola Normal de Uberlândia (1970-1980)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2017.
- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2004. p. 371-403.
- MEIHY, José Carlos Sebe B. HOLANDA, Fabíola. *História Oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2015.
- MENDES, Francisco Iweltman Vasconcelos. *História da Educação Piauiense*. Sobral: EGUS, 2012.
- MENDES, Francisco Iweltman Vasconcelos. *Parnaíba, educação e sociedade (da colonização ao fim do Estado Novo)*. 2 ed. Parnaíba: Sieart Gráfica e Editora, 2007.
- MENEZES, Cristiane Souza de. MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia. *Mulher e educação na República Velha: transitando entre o discurso histórico e o literário*. Revista Unisinos. vol. 2, nº 1, jan./abr. 2009.
- GUEDES, Moema de Castro. *A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a idéia da universidade como espaço masculino*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, supl., p.117-132, jun. 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo brasileiro de 1970*. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo brasileiro de 1980*. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

PASSOS, Guiomar de Oliveira. *A Universidade Federal do Piauí e suas marcas de nascer: conformação da Reforma Universitária de 1968 à sociedade piauiense*. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, 2003.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução de Denise Bottmann. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

ROCHA, Olívia Candeia Lima. *Mulheres, escrita e feminismo no Piauí (1875 - 1950)*. Teresina: Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Chaves, 2011.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 383-212.

SAVIANI, Dermeval. *A formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro*. Revista Brasileira de Educação, v. 14, n. 40, jan./abr. 2009.

SILVA, Rogério de Medeiros. *O ensino secundário no Piauí em páginas de jornais (1942 – 1971)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, 2020.

SCOTT, Jean. A história das mulheres. In: BURKE, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 1992. p. 63-95.

SOARES, Norma Patricya Lopes. Ferro, Maria do Amparo Borges. *Escola Normal no Piauí – seu processo de consolidação*. João Pessoa: ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História, 2003.

WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. São Paulo: Editora Antrofágica, 2022.

FONTES

Almanaque da Parnaíba. Parnaíba, 1964. p. 119

Almanaque da Parnaíba. Parnaíba, 1965. p. 209.

Jornal O Dia. Teresina, 1979, nº 6067, n.p.

Jornal Inovação. Parnaíba, 1980, nº 26, p. 4.

Jornal Inovação. Parnaíba 1980, nº 29, p. 2.

Jornal Inovação. Parnaíba, 1980, nº 29, p. 6-8.

Jornal Inovação, Parnaíba, 1980, nº 38, p. 6.